

Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional
Projeto Brasil: Princípios e Diretrizes

Fundação João Mangabeira



Apresentação

Em toda história da nação brasileira suas instituições não conseguiram implementar um projeto que pudesse ofertar aos brasileiros estabilidade na geração de oportunidades. Desde o descobrimento, em 1500, até agora o Brasil foi perdendo o passo. A Coroa Portuguesa, com o objetivo de ocupar o território recém descoberto, distribuiu grandes áreas aos nobres lusitanos e essa política foi base para concentração da terra em poder de poucos, que perdura até hoje. A busca pelo desenvolvimento sempre se baseou na exploração dos recursos naturais e na produção agropecuária. Começando pela exportação do Pau Brasil, depois ouro, cana de açúcar, café, alimentos, minério, petróleo, celulose, pedras ornamentais e diversas outras riquezas naturais.

Houve uma opção tardia por uma política industrial. E mesmo assim, setor público e empresas privadas, investiram e

investem pouco em inovação tecnológica. O país consome muita tecnologia, mas pouco inova ou desenvolve. Isso levou o Brasil a uma posição periférica no mundo, sem a capacidade de liderar e interferir em temas importantes, tendo como consequência pouca integração mundial e com isso afetando também as relações comerciais. Essa política exporta riqueza e emprego para os países compradores dos produtos brasileiros. Boa parte da mão de obra qualificada é gerada onde está o processo de industrialização com incorporação de tecnologia. Aqui predomina o emprego de baixa qualificação. É bom registrar que os países que alcançaram estabilidade no desenvolvimento investiram fortemente na implantação de uma política industrial, inovando tecnologicamente.

Um outro ponto frágil que colaborou para um projeto incompleto de nação foi a tardia política buscando a universalização da educação básica. A população brasileira ainda convive, em pleno século XXI, com uma parcela de pessoas não alfabetizadas; grande contingente de jovens fora da escola e que, pela idade, deveriam estar cursando o ensino médio; falta de infraestrutura adequada para acolher profissionais e alunos; baixa valorização dos profissionais; além de outros desafios. Será preciso um grande esforço nacional pela educação de qualidade como condição para a construção do projeto nacional.

Na política, a prática brasileira, é a de sempre carregar

para o futuro um pedaço do passado. Na independência do Brasil foi assim: declarada pelo filho do rei, sem nenhum conflito. A República foi implantada por monarquistas. O fim da escravidão, resultado de lutas dos abolicionistas, mas com narrativa histórica de concessão da Princesa Isabel. Raros momentos de rompimento com o passado de forma definitiva. Comportamento necessário para dar saltos mais largos para o futuro, começando nova vida, sem os vícios do passado.

Compreender as causas que impediram o Brasil, desde o descobrimento, de se desenvolver plenamente é fundamental, mas analisar o período mais recente, desde o início do atual período democrático, em 1985, verificando avanços e desafios é essencial para a pavimentação do caminho para os próximos 30 anos. O Brasil está fechando um ciclo político que teve início com a eleição de Tancredo Neves, pelo Colégio Eleitoral. De lá até agora houve avanços na consolidação dos direitos individuais e coletivos: aprovação de uma constituição "cidadã", contrato social que precisa ser defendido contra os ataques da elite conservadora nacional, implantação do Sistema único de Saúde (SUS), do Sistema de Assistência Social (SUAS), do seguro desemprego, da aposentadoria rural, do Benefício da Prestação Continuada (BPC), a universalização do ensino fundamental entre outros e, na comunicação, a tecnologia facilitou a vida das pessoas.

Mas por que então o Brasil não consegue implementar de

forma perene uma política na geração de oportunidades? Vivemos em uma economia reflexa, que só cresce quando o mundo avança economicamente passando a demandar commodities com valor mais alto. E nesse tempo não foi criado um ambiente propício a implantação de um projeto nacional de desenvolvimento devido à incapacidade que as instituições brasileiras tiveram de avançar no que denominamos de reformas estratégicas. Não se fez, por exemplo, a reforma política. Isso levou o Brasil a conviver com 35 siglas partidárias e com diversas outras na fila para registro, além das regras de financiamento de campanha que propiciaram uma relação promiscua entre parte dos partidos, candidatos e setor produtivo. A inação política causou uma crise de legitimidade e, portanto, a incapacidade das instituições de apontarem caminhos para o futuro.

O preço para financiar a administração pública federal ineficiente e perdulária e também a política de juros altos, que exige o comprometimento de boa parte do orçamento para administrar a dívida pública, foi a concentração da arrecadação dos tributos nas mãos da União. Essa realidade transformou os municípios em entes incapazes de cumprir com suas obrigações mais imediatas, ficando dependentes da relação com a União e estados federados para realizarem obras e serviços que são da sua responsabilidade. O Brasil se transformou em uma federação desequilibrada.

O sistema tributário brasileiro é perverso, pois quem tem renda e patrimônio mais elevados pagam, proporcionalmente, menos tributos, comparados com os de renda e patrimônio menores. A forma mais adequada de produzir justiça é implementar políticas públicas eficientes nas áreas sociais e de infraestrutura, mas para que isso se efetive será necessária uma mudança no sistema tributário tornando-o progressivo, onde os que têm mais, de fato, contribuam mais. Só assim a balança penderá para os que mais precisam. O sistema, como é hoje, levou a uma concentração inaceitável onde apenas seis brasileiros mais ricos acumulam a mesma riqueza que os 100 milhões de brasileiros mais pobres.

Por isso que essas e outras reformas são necessárias e o PSB defende mudanças que atualizem as normas vigentes, mas sempre com o objetivo de enfrentar dois graves problemas da atualidade no Brasil: a falta de legitimidade e credibilidade das instituições e a concentração de riqueza. Infelizmente nessas três décadas o caminhar foi de tropeços, produzindo uma forte crise de esperança. Agora é necessário que nas próximas décadas seja efetivamente implementado um projeto nacional ancorado na educação que propicie um alto desenvolvimento tecnológico, inserindo o Brasil na quarta revolução industrial, a era da inteligência artificial.

Esse documento é uma contribuição ao debate que leve a

uma nova realidade de instituições públicas respeitadas, riqueza distribuída e recursos naturais protegidos. Prover o Partido Socialista Brasileiro de um caminho atualizado, moderno e eficaz que oriente posicionamentos dos filiados e seja base para os projetos que objetivem o desenvolvimento inclusivo do Brasil.

Bom debate!

Renato Casagrande

Presidente Nacional da Fundação João Mangabeira

Sumário

Introdução.....	8
.....	11
Renato Casagrande	8
Brasil no Mundo	18
Nós no Brasil	22
Dos Compromissos Históricos do PSB	26
Liberdade, Fraternidade, Equidade e Justiça	30
Compromisso Ético, Democracia e Transparência.....	32
Sustentabilidade.....	33
1. Reforma do Estado	35
1.1 Democracia de alta intensidade: a cidadania controlando o Estado.....	36
1.2 Reforma Administrativa para profissionalizar a gestão pública	37
1.3 Construir um novo federalismo.....	39
2. Políticas Sociais: Ampliação e Universalização	42
2.1 Seguridade Social.....	42
2.2 Universalizar a Previdência	44
2.3 Saúde para Todos e Todas	46
2.3 Assistência Social: Proteger os mais Pobres e Garantir sua Autonomia.....	50
2.4 Garantir Trabalho para Todos e Todas	54
2.5 Revolução Educacional.....	57

Introdução

A principal tarefa do Brasil para fins de seu efetivo desenvolvimento está posta desde as obras das gerações de Caio Prado Junior, Celso Furtado e Miguel Arraes, para prover ao país um processo verdadeiro e abrangente de desenvolvimento estratégico, sustentável e integral que tenha como pilares o desenvolvimento econômico/industrial/tecnológico e a superação dos nossos graves problemas sociais, assim como das desigualdades regionais que, por tempo não desprezível, foram sinônimo do próprio processo de subdesenvolvimento do Brasil.

A Fundação João Mangabeira (FJM) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) reúnem, por meio de diversas e notáveis contribuições ao longo das últimas décadas, subsídios para elaboração de um Projeto para o Brasil por meio de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, que orienta as expectativas civilizatórias do socialismo democrático para desenvolvimento sustentável do país.

A construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional deve ocorrer a partir da organização de recursos dos ativos materiais e imateriais de nossa sociedade com uma clara definição das prioridades do Estado brasileiro, combinando a supremacia no fundo público dos investimentos e dos gastos sociais em detrimento ao rentismo financeiro que vive da especulação da dívida pública. Certamente, a questão da dívida pública não será resolvida sob a ótica financista e à custa da exploração da força de trabalho dos brasileiros/as, mas deve ser equacionada no âmbito de um real desenvolvimento estratégico do país. Lembramos que nações como a China, Índia, Coreia do Sul e Singapura, entre outros, lograram ter claros os princípios e objetivos de seus projetos nacionais de desenvolvimento e encontraram em seus financiadores elementos de apoio, e não agentes exclusivos de espoliação, como vigora no Brasil.

Ao completar 70 anos de lutas e aprendizados, o PSB vislumbra grandes desafios para o desenvolvimento do país nas próximas décadas.

Opor-se à lógica concentradora e excludente do sistema capitalista não é tarefa trivial. O mundo em que vivemos segue limitado por desigualdades sociais profundas e pelo predomínio de umas nações sobre as outras. Acreditamos, no entanto, que a transformação cultural, política, econômica e social, que conduzirá à supressão de tais desigualdades e tal predomínio, pode ser obtida com ampla participação popular e a permanente defesa da soberania e do desenvolvimento nacional.

O Brasil no contexto das transformações econômicas e sociais no mundo

Entre o final dos anos 1960 e começo da década de 1970, o desenvolvimento fordista, as políticas keynesianas e o projeto de Estado Social, que vigorou nos países centrais, são postos em xeque, e consigo os direitos derivados da relação salarial. A exploração sobre a força de trabalho, a partir de novas técnicas produtivas, elevou a extração da mais-valia relativa sob a égide do Welfare State. Ainda que o Estado social tenha assegurado avanços aos trabalhadores, com a redução do desemprego e a garantia de direitos sociais. A ofensiva do capital vai trazer sérios riscos à proteção social e às conquistas dos trabalhadores no período pós-Segunda Guerra. A nova fase de acumulação capitalista vai ser capitaneada pela esfera financeira, e no campo ideológico o velho liberalismo se veste com a “nova” roupagem, rebatizado de neoliberalismo.

O quadro revela as limitações das políticas keynesianas diante da internacionalização do capital, com sinais de esgotamento do padrão de financiamento das políticas sociais e a reação do capital à queda das taxas de lucro, na sua sanha pela acumulação e, portanto, por superlucros. Os capitalistas se armam para revogar as conquistas sociais do pacto social-democrata investindo contra os trabalhadores, em busca de restabelecer um novo padrão de acumulação para saída da crise. A crise se manifesta concomitante à reação do capital contra o Estado social.

A especulação financeira vai ganhar novos contornos a partir de meados da década de 1970, com a criação dos novos “produtos” financeiros. Convém lembrar que um aspecto

relevante da instabilidade econômica mundial dos anos 1970, a questão financeira, tem a ver com os problemas experimentados na economia norte-americana.

Nos anos 1960, quando os Estados Unidos passaram a conviver com inflação ascendente e com incertezas financeiras, que levaram à extinção da conversibilidade ouro do dólar (em agosto de 1971, no governo Nixon) e, por consequência, à explosão da instabilidade mundial das taxas de juros e de câmbio, a moeda deixou de ser plenamente estável, mesmo nos países desenvolvidos. Com isso, os países do centro do capitalismo passaram a perseguir uma articulação entre inovações financeiras e inovações técnico-produtivas que possibilitasse o crescimento com inflação controlada e a realização dos investimentos industriais.

No novo cenário econômico mundial, há uma busca irrestrita de mobilidade global por parte do capital para a qual a flexibilização e as políticas liberalizantes são imperativas. Em verdade, a expansão do capitalismo, na busca de um mercado global, não é novidade na história desse modo de produção.

O padrão monetário em vigor contém a primeira assimetria relevante: desde a década de 1970, um Estado nacional emite uma moeda fiduciária em torno do qual o sistema-mundo gravita, sem que existam instituições multilaterais que regulem e disciplinem essa emissão. Tal anomalia gera tensões e instabilidades permanentes, pois o espaço de soberania de um único Estado passou a ser todo o planeta. Ocupando uma posição privilegiada nas relações com o mundo, os Estados Unidos acostumaram-se a viver acima de seus próprios recursos. E, com o tempo, esse novo arranjo monetário incrementou o poder de agentes econômicos que vivem desconectados da economia real.

Fundou-se um capitalismo administrador de dinheiro: o capital portador de juros e ganhos especulativos intangíveis, que estão localizados no centro das relações econômicas e sociais da atualidade e da atual crise em curso no capitalismo contemporâneo. Os juros da dívida pública pagos pelo orçamento público, ou a conhecida despesa "serviço da dívida" do orçamento

estatal (juros e amortização), são alimentadores do capital portador de juros por meio dos chamados "investidores institucionais" que englobam os fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos, portanto, operam no sentido da captura do fundo público para uma fração da burguesia financeira.

Comandando esse sistema não mais estão capitais da indústria, mas gestores de ativos líquidos, que vivem imersos em um ambiente de competição predatória. A composição de carteiras que administram se altera diariamente e ultrapassa os ativos da economia real. Apostam em tudo – no valor relativo das moedas, nos preços das commodities, nas ações em bolsa, em pequenas variações das taxas de juros, até na variação do tempo (clima) -, sempre operando em mercados futuros inexistentes.

Criam sem parar novos “produtos” financeiros, cada vez mais complexos e opacos. Seus negócios se conectam em paraísos fiscais. Realizam transações que movimentam bilhões, mas que são concluídas sem que haja entrega física de nenhum bem. Fazem muitas contas que não têm nada a ver com cálculo econômico, pois vivem em um mundo de soma zero. Mesmo assim, têm lucros extraordinários, incomparáveis com os ganhos da economia real – na qual os produtos são produzidos e os serviços realizados. No Brasil, são conhecidos pelo eufemismo de “investidores internacionais”.

A imposição, ao mundo, dessa forma de gestão de riqueza leva o nome fantasia de “globalização”. Exigiu a construção de um espaço financeiro homogêneo (para o capital) cuja fronteira é transnacional. A finança tornou-se global, mas a moeda dominante continuou sendo o dólar. Os países que se renderam a esse sistema volátil, sem construir salvaguardas, precisam proteger-se acumulando reservas, ou seja, esterilizando seus próprios recursos em títulos do Tesouro estadunidense.

O avanço da globalização impactou Centro e Periferia do mundo de forma muito diferenciada. Nos países desenvolvidos, o espaço da economia e da técnica, de um lado, e o espaço das

decisões política, de outro, permanecem estreitamente ligados pelo forte vínculo entre grandes empresas e Estados fortes. Nos demais (periferia), esses espaços se dissociam pela dispersão geográfica das cadeias produtivas, feita na presença de Estados fracos sem corporações estratégicas de base nacional.

Nesse contexto, o Brasil aprofundou sua condição de país periférico e economia reflexa – uma economia que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional – ao optar por se inserir no processo de globalização pelos fluxos financeiros. Perdemos a capacidade de controlar o nosso processo de desenvolvimento, pois o espaço de manobra dos capitais voláteis ultrapassa amplamente o espaço da sociedade nacional, com a qual mantém vínculos tênues, ligados a oportunidades específicas de realizar bons negócios.

A amplitude desse processo tem graves consequências para a dinâmica da nossa economia. A primeira é a fraca capacidade de a sociedade disciplinar o impulso de acumulação de capital, subordinando-o a objetivos maiores, como a ampliação da cidadania e a sustentação do desenvolvimento, vistas em perspectivas de longo prazo. A segunda é a radicalização da dinâmica reflexa, marcada por ajustes passivos aos ciclos internacionais, com tendência a crise externas recorrentes. Pois, neste contexto, o ciclo de acumulação capitalista passa a conter uma nova exigência: generaliza-se a demanda que os lucros sejam realizáveis em moeda estrangeira, cuja oferta é limitada e instável. Decorre daí a tendência a surtos de crescimento também instável, sujeitos a interrupções bruscas ou mesmo reversões, que nos impedem de sustentar uma trajetória de crescimento robusto.

Uma incerteza exacerbada e um desenvolvimento intrinsecamente instável fazem com que o capital potencialize sua natureza especulativa e passe a exigir duas coisas: altíssima rentabilidade e enorme certeza no curto prazo. A altíssima rentabilidade é a contrapartida exigida para que, em um sistema aberto e desregulamentado, a riqueza líquida aceite trocar a moeda melhor (o dólar) pela pior (o real), ou então (o que dá no mesmo) aceite não realizar o movimento inverso. Isso se obtém por meio

de taxas de juros suficientemente atrativas, que sejam um múltiplo da taxa básica paga no sistema internacional aos ativos denominados em dólar, o que penaliza permanentemente a atividade produtiva. A enorme certeza no curto prazo é a contrapartida exigida diante da incerteza estrutural, de longo prazo, que ronda a nossa economia.

A sociedade brasileira precisa decidir se continuará aceitando a condição de economia reflexa, buscando, em cada momento, estratégias oportunistas para extrair dessa condição algumas vantagens residuais, ou se deseja constituir um projeto próprio, que dê ao país capacidade decisória suficiente para dirigir o próprio destino, com uma inserção soberana no sistema internacional. Essa questão, absolutamente essencial aos destinos do País, não tem encontrado respostas à altura do desafio que propõe.

Sucessivos governos brasileiros vêm adotando a primeira opção, a da adaptação subalterna. O PSB propõe outro caminho. Grandes países então periféricos, como os Estados Unidos do século XIX e a China do século XX, já passaram por isso, cada um a seu modo e só obtiveram êxito quando ousaram contrariar o lugar que lhes fora atribuído pela ordem internacional de seu tempo. Fizeram profundas reformas internas. Alteraram seus sistemas de poder. Cometeram erros e aprenderam com eles. Pagaram o preço associado a essas decisões, mas superaram a condição periférica.

O desenvolvimento, no século XXI, é diferente do que foi em períodos anteriores. Novas questões estão postas. Uma delas é o papel do conhecimento. Há bastante tempo, os países mais desenvolvidos abandonaram a busca de competitividade por meios espúrios, como a diminuição dos salários e o aumento das jornadas de trabalho. Ao contrário, suas economias absorvem cada vez mais trabalho qualificado, justamente o mais bem remunerado, e deslocam para o exterior os processos produtivos mecânicos, repetitivos e devoradores de recursos naturais. As populações desses países dedicam-se, em proporções crescentes, a atividades de pesquisa, desenvolvimento, projeto, planejamento,

educação e afins. Aumenta a quantidade de trabalho dedicada à informação, lato sensu, em relação à quantidade de trabalho diretamente realizada sobre a matéria. Mesmo sem realizar atividade manual, essa inteligência coletiva adensa as cadeias produtivas e multiplica a produtividade social do trabalho. As economias desenvolvidas do século XXI são economias do conhecimento.

Brasil no Mundo

Fruto de meio milênio de história moderna num território até então povoado por centenas de comunidades indígenas, o Brasil hoje é uma nação multiétnica com uma convivência bastante problemática não do ponto de vista cultural, tendo desenvolvido uma interessante capacidade de convivências e transformações culturais entre imigrantes livres e escravizados de quase todo o planeta, mas do ponto de vista de valores éticos, morais, políticos e econômicos. Subsistem e são graves ainda os conflitos étnico-racial, de gênero e opções sexuais e religiosos.

O Brasil desenvolveu uma notável capacidade de produção de bens econômicos pelo avanço tecnológico moderno e graças às riquezas territoriais, energéticas, minerais, à abundância da água e a invejável diversidade.

Não soube, até hoje, repartir suas riquezas entre todos e se desvincular da exploração internacional, permanecendo na faixa do neocolonialismo financeiro-especulativo, tecnológico e comercial.

Para o PSB, a superação de tais injustiças, explorações e desigualdades será possível com uma ampla e consciente participação popular e dentro de uma política radicalmente democrática.

O “Pau-brasil” nos batizou enquanto colônia. Nossa classificação, primeiro como “império” e, em seguida, como República, nos levou a sermos situados como “terceiro mundo”. Um surto de desenvolvimento industrial tardio nos elevou ao nível

de “país emergente”.

Com a primeira real democracia constitucional de 1988, será que podemos pleitear nossa independência cultural, econômica, social e política? Será que conseguiremos participar de políticas internacionais independentes em propostas como a UNASUL e os BRICS?

Enquanto a economia mundial se debate entre valores imateriais ditados pelas Bolsas de Valores e os valores criados pelo mundo do trabalho, do capital industrial e da agroindústria, nós não temos nem uma moeda nacional independente, como aliás a maioria dos países do mundo. Enquanto a economia mundial evolui tendo como hierarquia primeiro o progresso tecnológico, depois a acumulação do capital e, por fim, a alteração da demanda, o Brasil inverte esta hierarquia aprofundando cada dia mais sua condição de país periférico, de economia reflexa e dependente. O progresso tecnológico é lastreado num sistema de ensino robusto, inovador, que o Brasil se recusa implementar.

É do pensador contemporâneo César Benjamin a máxima de que nós, brasileiros, somos “o maior povo-novo do mundo moderno”. No entanto, se considerarmos a formação plural e multiétnica da sociedade brasileira, historicamente, podemos observar um caminho marcado por percalços e hiatos verticais.

Entre 22 de abril de 1500, século 16, até meados deste 2017, no século 21, não conseguimos ainda construir um sistema democrático sólido, imune a golpes de quaisquer espécies. Na prática, a sociedade brasileira experimentou breves momentos de estabilidade dentro do modelo de democracia liberal, com liberdades civis e políticas razoavelmente respeitadas pelo *status quo*.

Não obstante, retomando a linha de raciocínio de Benjamin, há um êxito marcante na conformação desse “povo-novo” chamado Brasil, cujo reconhecimento global se faz realidade. Na visão do pensador fomos capazes de criar um “povo-novo” partindo de uma matriz indígena, lusitana e africana, mesclada com povos europeus e gente de parte do mundo que aqui formaram um contingente humano com características originais,

que absolutamente inexistia há poucas gerações.

Historicamente, a inserção mundial das economias dependentes (e periféricas, em relação aos países centrais do capitalismo) obedeceu um determinado protocolo igualmente subserviente, que remonta ao período do Império e atravessa os mais de cinco séculos de existência como país.

Uma breve mirada na história da diplomacia brasileira muito nos diz sobre tais processos, que, ao fim e ao cabo, revelaram limites óbvios quanto às potencialidades de emancipação e inserção independente do país no cenário mundial.

A tradição da diplomacia brasileira remonta, historicamente, à queda do Tratado de Tordesilhas (1494) e às negociações do Tratado de Madri, numa definição básica das nossas fronteiras. Desde o começo do século XX, a disputa Centro *versus* Periferia do sistema capitalista internacional já se anunciava intenso, por ocasião da II Conferência de Paz de Haia, Holanda. Ali, a defesa do princípio da igualdade jurídica entre as nações fazia contraponto às teses exclusivistas defendidas pelas potências europeias da época.

Por último, é mister destacar alguns fatos históricos coincidentes com a adoção da Constituição de 1988, que marcou o fim da ditadura civil-militar e a tentativa de reconstrução democrática do país. De modo geral, a movimentação política e diplomática do país buscou romper com o paradigma americanista, que sempre foi marca registrada da inserção internacional do país, desde os tempos de Barão do Rio Branco. Esse esforço se configura naquilo que é reconhecido como política externa independente do Brasil, ou seja, um novo conjunto de princípios de atuação no cenário internacional, orientado por ampliar e aprofundar a presença brasileira no mundo.

Fechando estes quase trinta anos, é mister destacar alguns acontecimentos políticos marcantes nessa trajetória: a) a criação Mercado Comum do Sul (Mercosul) a partir do Tratado de Assunção de 1991 e sua expansão; b) a criação da Área de Livre Comércio da América do Sul (UNASUL); c) a articulação política dos BRICS – fórum dos países denominados “emergentes”

(Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); d) a criação e consolidação do G-20, cuja representatividade seria fundamental para conferir mais equilíbrio na equação dos poderes em escala mundial; e) a reconstrução dos nossos laços com os países da África. Entre o começo de 2003 a setembro de 2010, protagonizamos 66 eventos internacionais na África, inaugurando no período 19 das 37 embaixadas brasileiras naquele continente irmão.

Retomando a questão central, existem duas “assimetrias” que, verticalmente, têm impedido a inserção soberana do Brasil no sistema-mundo de economia, radicalmente balizado pela produção do conhecimento e da mais-valia relativa em seus graus mais profundos e desumanos.

A primeira assimetria tem a ver com a configuração da economia-mundo, totalmente refém dos ditames do capital financeiro mundializado, que vive em cada fuso horário, pululando de uma para outra Bolsa de Valores, reproduzindo-se em bases cada vez mais imateriais, totalmente desconectado do mundo onde os produtos são feitos e os serviços prestados – o real mundo do trabalho e das frações do capital industrial, agroindustrial, de comércio, serviços etc.

A essência da segunda assimetria tem a ver, diretamente, com o processo de dominação tecnológica e das inovações. A equação clássica de desenvolvimento de uma economia autônoma, historicamente, tem como fatores de impulsão: a) progresso tecnológico; b) acumulação de capital e; c) alteração do perfil da demanda. Para as economias dependentes, como é o caso do Brasil, temos uma outra ordem dessas variáveis: a) mudanças no perfil da demanda; b) acumulação de capital e; c) progresso tecnológico.

Ou seja, jogado sempre em terceiro plano, o progresso tecnológico permanece como utopia inalcançável, uma vez que a produção de conhecimento e inovações tecnológicas decorrentes, que supostamente seriam lastreadas por um sistema de ensino robusto e igualmente inovador, simplesmente não acontecem.

Nós no Brasil

Dentro deste macro cenário, podemos abrir a reflexão sobre nós, o Partido Socialista Brasileiro, sujeito coletivo. Como uma organização que se pauta pelos princípios e valores socialistas e humanistas, fazemos exatamente o que para buscar novos horizontes de lutas e saídas objetivas?

Não há respostas simples para problemas complexos. É mister, entretanto, partirmos de uma constatação, à luz da história social do povo brasileiro – ainda em processo de construção e identidade como nação. Trata-se do relativo estatuto colonial, um alter ego, espécie de “alter-alma” nativa que se transmutou, com o correr dos séculos, em dependência externa – nascida na origem do endividamento com a Coroa Portuguesa, para bancar os custos da “independência” supostamente gritada pelo imperador Dom Pedro I. Nesta perspectiva, o escravismo que começou em meados do século XVI e só termina, formalmente, em 1888, após a decretação da Lei Áurea, mais de 300 anos depois, produz em larga escala gigantescas desigualdades sociais que atravessaram todo o século XX, chegando ao momento presente de forma incontestante: altas taxas de analfabetismo, desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, a invisibilidade do negro, o racismo indistigável que grassa nas relações sociais (não obstante o avanço dos marcos jurídicos que tratam do tema).

Um país que sempre foi uma promessa de futuro, no qual o Estado Democrático de Direito é igualmente um processo frágil, ainda em construção, encontra-se numa encruzilhada equivalente à metáfora da Esfinge – “decifra-me ou te devoro”. Uma sociedade com mais de 207,6 milhões, de acordo com projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em junho de 2017, apresenta-se com características totalmente distintas daquelas do começo do século 20: megacidades, concentração de população urbana (85% contra 15% rural), taxas de desigualdades sociais que constituem um verdadeiro fosso, com milhões de desempregados e vivendo um processo de crise política e institucional nos últimos 30 anos.

O país não pode ter uma volta ao passado, isto é, ao Brasil colonial: uma espécie de empresa territorial feita para servir aos países centrais do capitalismo mundializado – o grande exportador de *commodities* como café, laranja, cana, soja, algodão, borracha, água, madeira, petróleo, alumínio, minério de ferro etc.

Há muito se discute que seria necessário reinventar o sentido de nação brasileira. Na realidade, de um ponto de vista socialista e humanitário, nunca tivemos essa identidade de nação constituída como tal. Os dilemas provocados pelas crises política e institucional, com graves desdobramentos e inconclusa, não permitem prever qual a extensão dessa lacuna histórica. O certo, no entanto, seria afirmar que, se as forças progressistas da sociedade brasileira não assumirem o protagonismo deste salto de qualidade, a possibilidade da existência dessa nação virtual, com soberania e projeto nacional, estará mais distante.

Nossa caminhada histórica, desde o começo do século 20, nos legou esse complexo desafio para o qual não há respostas simples. O processo de fundação da nação brasileira, hegemônica pelos trabalhadores e grupos sociais que vivem no mundo do trabalho e da cultura precisa, urgente e radicalmente democratizar, antes de tudo e sobretudo, a renda, riqueza, terra, informação, comunicação, educação e cultura.

O Brasil, nação e povo, encontra-se hoje numa profunda crise ética, política, econômica e social. Um momento histórico para superar seu conformismo cultural e seus complexos de colônia e encontrar-se como nação e como comunidade criativa no meio de um mundo escravizado pela globalização imperialista.

Cabe ao socialismo, como proposta política alternativa, construir a perspectiva de uma política ética, com uma economia eficiente, sustentável, justa para todos os seres humanos e todos os seres vivos, onde todas as pessoas tenham real participação cultural, econômica, social e política.

Parte 1

Dos Princípios

O mundo está verticalmente mais desigual nestes primeiros 17 anos do século 21, em relação a todos os estudos anteriores sobre desigualdade: 1% dos mais ricos detêm a riqueza de 99% dos mais de sete bilhões de seres humanos do planeta. Ajustando um pouco mais o foco dessa desigualdade sem precedentes, em escala global temos, conforme o Relatório Oxfam 2017, que apenas oito pessoas concentram em suas mãos a riqueza equivalente de outros 3,6 bilhões, a metade mais pobre da população mundial.

Em situação similar no Brasil, os seis homens mais ricos do país concentram a mesma riqueza que toda a metade mais pobre da população do Brasil, isto, mais de 100 milhões de brasileiros.

Para pensar um projeto de país e nação nos próximos 30 anos, sob o ponto de vista de um conjunto de princípios socialistas e humanistas, é condição *sine qua non* enfrentar essa questão de fundo, que atravessa a alma da sociedade contemporânea de forma tão aguda e transversal: como estancar a sangria da desigualdade social e criar bases para um país e mundo socialmente justo, fraterno, igualitário, sustentável e inclusivo?

Um ator político que assuma as bandeiras históricas do socialismo libertário e humanista deve levar em conta, na síntese de seus princípios filosóficos, algumas questões que dialoguem, estrita e diretamente, com a luta contra a desigualdade.

Além desta questão, são princípios fundamentais do socialismo: a) Liberdade; b) Fraternidade, Equidade e Justiça; b) Compromisso ético; c) Democracia e transparência e; d) Sustentabilidade.

Dos Compromissos Históricos do PSB

Em 1947, a Esquerda Democrática, com dois anos de existência, decidiu fundar o Partido Socialista Brasileiro. Esta agremiação política representou uma maturação e uma ruptura histórica no Brasil, pois congregou uma variada representação política de pequenos núcleos de esquerdas que madureram a proposta da fundação do partido socialista defendendo o princípio de que o Socialismo só pode ser tal se tiver como base a defesa da Liberdade e da democracia.

No aspecto político, a fundação do PSB significou a ruptura com a linha do comunismo mundial submetido ao projeto em auge na então União Soviética, representado aqui no Brasil pelo Partido Comunista do Brasil, PCB. Ruptura ideológica fundamental, pois contestava a linha do partido único, da ditadura do proletariado, o modelo soviético no seu conjunto, entre outros princípios marxistas-leninistas adotados naquela experiência.

No aspecto econômico, a fundação do PSB se distanciava do comunismo soviético ao propor a ‘socialização’, e não a ‘estatização’ dos meios de produção, e se opunha radicalmente ao modelo capitalista predominante no mundo e no Brasil, onde o desenvolvimento estava restrito aos sucessos dos avanços tecnológicos e de riquezas produzidas sob o lema do liberalismo econômico e político, que estava produzindo imensas e irracionais injustiças no interior das nações, entre nações, dando continuidade a relações de guerras e aprofundando o bipolarismo que se prolongou entre o bloco capitalista e o socialista liderado pela União Soviética

O PSB buscava representar, a partir de então, a proposta política de luta pela justiça, igualdade, equidade, liberdade, democracia e sempre defendeu radicalmente os procedimentos democráticos como alicerces para promover o socialismo e o desenvolvimento no Brasil.

O Partido se define como laico, que respeita as opções

filosóficas e os credos religiosos de seus membros e de todo cidadão, e defende de forma incondicional a completa liberdade política e partidária e a democracia como valor humano, método e prática.

Com relação à política brasileira, caracterizada pela longa história de dependência colonial, sucessivamente portuguesa, inglesa, norte-americana, pela cultura de relações sociais e políticas marcadamente elitistas, discriminatórias, patrimonialistas, pelas profundas injustiças sociais e econômicas, pelas persistentes discriminações de gênero, raciais, entre outras, o PSB levanta a bandeira da necessidade de uma revolução política e democrática, de uma revolução cultural de valores éticos e a conquista de sua total soberania, e assim chegarmos à eliminação do sistema de exploração do homem pelo homem.

O PSB tem o compromisso de primar por seus princípios e práticas éticas e democráticas.

Considerando que o Brasil perpetua muitas formas de exploração tradicionais, denuncia e reafirma o combate à comprovada discriminação racial, à opressão às minorias, às mulheres e às crianças, à violência contra manifestações culturais alternativas, à degradação da qualidade de vida, à depredação do meio ambiente e ao genocídio das nações indígenas.

O PSB defende uma moderna declaração dos direitos do ser humano que contemple efetivas garantias de cidadania em face do controle exercido seja pelas grandes corporações, estatais ou privadas, seja mediante o uso da informática e dos meios de comunicação de massa, e agregue aos direitos individuais tradicionais: o direito social à educação, à saúde, ao transporte público, à habitação e ao saneamento básico; o direito de vizinhança, ao seguro-desemprego, às novas formas de organização social e comunitária, o direito à privacidade, o acesso à informação e ao controle das atividades estatais e a mais ampla participação política.

O PSB, Partido Socialista moderno, deve estar aberto à descentralização mais completa do poder, aberto à interferência sistemática dos cidadãos, ao mesmo tempo em que busca valorizar

a soberania popular mediante o controle, pelo Legislativo, das atividades do Estado numa economia progressivamente orientada pelo princípio constitucional da função social dos processos econômicos.

Este Partido, porque Socialista, não se conforma apenas com um programa democrático, mas também com uma organização democrática, avessa a máquinas partidárias, a clientelas e a oligarquias.

O PSB afirma ser sua opção política socialista uma opção por uma determinada ética. Esta ética é uma espiritualidade que se contrapõe à ética maquiavélica que sustenta toda a política do liberalismo, onde ‘os fins justificam os meios’, de onde brotaram a ‘razão de Estado’, a ‘real politik’, a ‘governabilidade’, a ‘esperteza política’ que nada mais são que racionalizações da mentira e da falsidade como métodos do agir político. A ética socialista só pode ter como fundamento o revolucionário e desafiador princípio contido na expressão ‘*A Verdade vos libertará*’. Tomada como referência em sua praxe no próprio partido, esta ética deve ser o referencial da ação política para a constante renovação e adaptação do Estado, dos poderes Legislativos, Executivos e do poder Judiciário às necessidades reais e na política internacional promovida pelo partido.

A socialização dos meios de produção, afirmada quando de sua fundação em 1947, é hoje entendida dentro do princípio constitucional que determina a “função social da propriedade” ampliado para toda atividade econômica e social. O liberal-capitalismo cultivou o espírito do individualismo, da competição, do consumismo alienado, os interesses individuais e corporativos e o sistema hierárquico e patronal nas atividades econômicas. O socialismo, assumindo ser dimensão ética e humanista a “função social” de toda atividade humana, adota outros valores quais a solidariedade, a cooperação, a equidade, a justiça, a igualdade, e, desta forma, a superação das civilizações baseadas na “exploração do homem pelo homem”. Trabalho é a atividade tipicamente humana pelas suas dimensões de inteligência e éticas. É no trabalho que se desenvolvem tanto a valorização como a

exploração dos seres humanos. O socialismo tem como um dos maiores desafios revolucionar a concepção e a prática da produção humana e do trabalho, que não podem ser submetidos aos princípios do mercado, mas que devem contribuir para desenvolver os valores da solidariedade e da cooperação, uma nova concepção de desenvolvimento individual e social, assumir o princípio da sustentabilidade que é a luta pela qualidade da vida e pela permanência de tudo o que é vida, para hoje e para o futuro.

O socialismo defende um novo conceito de riqueza: contrapondo-se ao conceito de riqueza construído pelo liberal-capitalismo – riqueza como ‘propriedade privada’, apropriação de meios que separam pessoas e grupos humanos entre si criando hierarquias, desigualdades, exploração do homem pelo homem, exclusão de pessoas, propriedades invioláveis, - e considera riqueza, em primeiro lugar, o próprio ser humano, ou ‘capital humano’ na linguagem do capitalismo; em segundo lugar, o ‘capital social’ na sua mais ampla aceção; em terceiro lugar, tudo o que é resultado do trabalho humano.

Recuperando a espiritualidade e a visão dos nossos povos indígenas, os recursos materiais como os territórios ocupados por grupos humanos que se constituem em nações e tudo o que nele se encontra como água, fertilidade, matérias-primas da superfície e do subsolo, belezas naturais, entre outras, não são propriedade natural e exclusiva de ninguém em nenhum lugar do planeta, e sim propriedades de uso, a serem utilizados para o bem individual e comum e preservados para as futuras gerações.

O PSB assume como fundamental tarefa e objetivo a atividade cultural. Para poder ser alternativa real e verdadeira nos espaços institucionais do poder legislativo, executivo e judiciário, o partido deve formar e alimentar seus representantes e capacitá-los para implementar a revolução cultural que deverá transformar este mundo, dominado pelo liberal-capitalismo, num mundo socialista. A democracia como método político de disputa do poder e de prática de relações políticas em todas as instâncias da vida social e a educação para os valores éticos são as duas dimensões essenciais da atividade partidária.

Liberdade, Fraternidade, Equidade e Justiça

Há quase 30 anos, o historiador e filósofo liberal estadunidense Francis Fukuyama publicou um artigo analisando a debacle da URSS e decretou “o fim da história”. Fukuyama, porta-voz do pensamento liberal que marcaria a virada do século 20, enxergava a “paz perpétua” representada pelo desenvolvimento do mundo unipolar capitalista, sob as bênçãos do deus neoliberal: o mundo finalmente estava livre da concorrência do “socialismo”.

Nem tudo foi exatamente como previa o roteiro vocalizado pelo filósofo liberal, como destacou o sociólogo lusitano Boaventura de Sousa Santos, pois ocorreu neste período mais guerra que paz, e as desigualdades sociais agravaram-se, a fome, as pandemias e a violência intensificaram-se. Ademais, a China “desenvolveu-se” sem liberdade e mediante violações massivas dos direitos humanos e, finalmente, o socialismo voltou à agenda política de alguns países.

O grito de liberdade, igualdade e fraternidade ecoa desde os tempos imemoriais da Comuna de Paris (março a maio de 1871), na primeira experiência de governo socialista na história moderna, sob a hegemonia dos proletários franceses.

O sonho foi resgatado, precisamente, há um século na Revolução de Outubro de 1917. Não nos cabe aqui avaliar seus rumos, esperanças, acertos e desatinos. Os mesmos símbolos de esperança foram vivamente representados no Brasil pela Coluna Prestes, entre os anos 1925 a 1927, movimento que revelou grandes nomes da história política do país, como Luís Carlos Prestes.

A igualdade e liberdade, promessas liberais que se conectavam com a ideia de fraternidade entre os seres humanos, remontam em termos políticos à Revolução Francesa (1789) e ao movimento da Independência dos EUA (1776). Do ponto de vista econômico, as bases da Revolução Industrial, capitaneada pela Inglaterra, conformaram conceitos e promessas (de igualdade de todos perante a Lei) que jamais se cumpriram ao longo dos

séculos de regime capitalista.

Afinal, aos trabalhadores que produzem a riqueza do mundo não lhes pertence a força de trabalho (negociada no mercado), o poder criativo (parte da divisão social do trabalho) e, em última análise, tampouco o seu tempo – disponibilizado aos proprietários dos meios de produção e remunerado parcialmente, tão-somente.

Retomando um princípio transversal, é mister resgatar a síntese presente no documento “Compromisso com o futuro”: é preciso, no entanto, encontrar o justo termo entre uma coisa e outra, pois é evidente que a desigualdade que se observa na sociedade capitalista constitui-se em um impedimento à plena realização da liberdade, visto que há grandes porções da população que, por seu estado de pobreza ou carência de renda, não consegue efetivamente realizar escolhas de qualquer espécie. (FJM 2016)

A perspectiva socialista não é abstrata, mas se imagina a passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade, sob o ponto de vista concreto de um conjunto de políticas públicas voltadas para a redução vertical das desigualdades.

O neoliberalismo não cumpriu suas promessas e o socialismo reemerge como alternativa concreta para humanidade em um futuro pós-capitalista, na garantia aos povos da terra, da água, da soberania alimentar. Pelo fim das odiosas dívidas externas, que abastecem o rentismo sem precedentes na história. A construção da sociedade socialista será determinante para o fim das discriminações de todas as matizes e para a edificação de uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada que sepulcrem o capitalismo neoliberal.

O ideal de liberdade ampliou-se e continuará a se ampliar ao longo do tempo. Se os interesses coletivos são o foco de toda ação redistributiva e da justiça social, a individualidade alcançou nova dimensão contemporânea, impulsionada pelos avanços tecnológicos e novos padrões de dinamismo social. Não mais deveria haver contradição insuperável entre o interesse coletivo e o individual, entre a sociedade e o cidadão singular.

A igualdade e a liberdade perseguidas pelos socialistas referem-se, portanto, ao termo omitido do pensamento político burguês, ou seja, à construção da fraternidade.

Compromisso Ético, Democracia e Transparência

O mais agudo vetor da atual crise política é, sem dúvida, a dimensão da ética na política. A crise ética, política e econômica dos últimos 30 anos, em sintonia fina com as empresas que constituem o monopólio das comunicações no país, impactam profundamente o sistema de representação política que se desmancha no ar.

A ideia é desenvolvermos o mais profundamente possível esta reflexão, conexa a uma proposta de princípios envolvendo a necessidade da reforma política como condição primeira para o aperfeiçoamento da democracia no país, e com isso facilitar o controle público do Estado e de expansão de espaços públicos não estatais que fortaleçam a sociedade civil.

Nesse sentido, é essencial que os socialistas fortaleçam, publicamente, a luta constante contra a corrupção e os privilégios decorrentes da burocracia ou da falta de lealdade partidária.

O PSB historicamente defende o parlamentarismo como regime de governo, pois considera que este permite lidar de forma muito menos traumática com crises de governabilidade, evitando que se estabeleça uma clara submissão de todas as atividades sociais, inclusive as econômicas, ao andamento nem sempre linear do embate político. O parlamentarismo traria uma enorme contribuição para nossa cultura política, pois fatalmente conduziria a uma disciplina partidária mais estrita, à qualificação da representação popular e a uma discussão transparente e republicana sobre os modos e formas de compor a maioria parlamentar, sem a qual a tarefa de governar acaba por se inviabilizar.

Sustentabilidade

O atual modelo econômico, hegemônico em escala planetária, produziu, na primeira década e meia do século 21, os indicadores mais graves de desigualdade da história humana. Não há nenhum parâmetro comparável a este cenário. Um modo de produção ainda fortemente baseado em fontes de energias não renováveis, ancorado num modelo de consumo de massa insustentável do ponto de vista dos recursos naturais disponíveis.

O conceito de desenvolvimento deve ser qualificado com o da sustentabilidade. Manejando agora tecnologias muito poderosas, a humanidade precisa adotar a ética da responsabilidade, deixando para trás as economias de predação e a ideia de uma natureza inesgotável. Os recursos estão se tornando cada dia mais escassos e a defesa da vida – de toda a vida – tornou-se um imperativo, tendo em vista a nossa própria proteção e segurança.

Todos os sistemas biológicos estão sujeitos a flutuações. Mesmo em contínua mutação, eles conseguem manter o equilíbrio, ou a ele retornar, graças a interações muito complexas, ainda mal conhecidas, de matéria, energia e organismos vivos. Mas os mecanismos de compensação têm limites. Quando os sistemas recebem impactos fortes demais, sobrevêm o desequilíbrio e a morte.

A história humana registra inúmeros casos de colapsos ecológicos em âmbitos locais e regionais. Às vezes houve readaptação; outras vezes, civilizações desapareceram. O que há de novo no mundo contemporâneo é que o espaço do desequilíbrio se alargou, passando a abarcar toda a Terra. A ameaça deixou de ser local e parcial, como as do passado, para tornar-se global. O Brasil tem contribuições decisivas a dar, especialmente no que diz respeito à preservação da biodiversidade e à alteração da matriz energética, principal emissora de gases-estufa.

Caminharemos no rumo do desenvolvimento sustentável, temos compromisso com a natureza e a certeza de que a sua

destruição será o aniquilamento da própria humanidade. Somos críticos do consumismo desmedido, baseado no marketing, nos gastos compulsivos e na ostentação. O consumo é um direito de todos e nele acreditamos também ser possível buscar um ponto de equilíbrio.

A adoção de um modelo socialmente justo, ecologicamente sustentável e economicamente igualitário e equânime deve ser o horizonte dos socialistas. Prospectar as bases teóricas e os fundamentos aplicados para este fim é o objeto mais geral desta mirada para o futuro do Brasil nos próximos 30 anos.

Parte 2

Temas Fundamentais para o Brasil

1. Reforma do Estado

O Estado brasileiro, para atender as exigências da sociedade brasileira e os desafios do século XXI, deve ser estratégico, meritocrático, ético, transparente e sustentável, movido pelos valores e princípios da neutralidade, da universalidade e da igualdade, incluindo indiscriminadamente brasileiros e brasileiras. Estes princípios básicos da modernidade estão inscritos na Constituição Federal (1988) e devem continuar sendo a bússola da prática orçamentária de um Estado moderno controlado pela sociedade civil. O PSB propugna um Estado forte, responsável na área fiscal e social, e eficiente, portador de um projeto para a nação, mas controlado pela sociedade e aberto à crítica.

O Estado nacional é o único agente capaz de articular projetos regionais abrangentes, em suas múltiplas dimensões. As populações locais precisam ser integradas nele, com ampla participação, pois delas dependerá o futuro que construiremos. Nossos biomas não serão preservados apenas com medidas repressivas. Se a ação do Estado for basicamente negativa, reafirmando o que não pode ser feito sem que saibamos propor aquilo que deve ser feito, as boas intenções serão derrotadas. De uma forma ou de outra, as pessoas precisam sobreviver.

Precisamos criar poderosas instituições nacionais – como criamos no passado – que integrem e coordenem o trabalho de

milhares de pesquisadores e cientistas capazes de conceber e consolidar, junto com as populações locais, modelos inteligentes, modernos e sustentáveis para o desenvolvimento das regiões.

1.1 Democracia de alta intensidade: a cidadania controlando o Estado

O necessário fortalecimento do Estado exige que sejam ainda mais prestigiados, em paralelo, os mecanismos de controle da sociedade sobre o próprio Estado, sem o que ele tenderá à maior burocratização, maior arrogância, maior corrupção e maior propensão a errar. Daí a importância de uma democracia que conte com uma poderosa sociedade civil, uma esfera pública não estatal e uma administração de alto nível técnico.

Para um novo desenvolvimento do país é necessário um Estado diferente da sua atual configuração, que contemple participação, gestão competente e governabilidade pautada pela transparência. Não podemos ter Estado sem cidadãos. São muitas as frentes a exigir transformação, para devolver à sociedade a confiança na democracia. Neste cenário, é preciso superar a crise de representação dos últimos 30 anos por meio de várias mudanças, mobilizando de forma perene as forças progressistas do país para a construção de um futuro com justiça e prosperidade.

A alternância no poder, condição essencial dos regimes democráticos, precisa ser contrabalançada pela existência de uma burocracia pública estável e de alto nível, que represente o elemento de continuidade também necessária ao bom funcionamento de uma instituição complexa, como um Estado nacional, ao longo do tempo. Mudanças de milhares de quadros a cada quatro anos, com recrutamento indiscriminado desses quadros fora do aparelho de Estado, a partir de arranjos político-partidários, exacerbam a alternância a ponto de fazer preponderar seu aspecto negativo, por tornar errático o desempenho da administração. Decisões de curto e de curtíssimo prazo passam a prevalecer amplamente sobre quaisquer outras considerações. O

loteamento de cargos, além disso, o mais das vezes é apenas a face pública das redes de corrupção que se disseminaram.

O fortalecimento do Estado passa pelo fortalecimento da democracia pela qual o cidadão participe ativamente da vida política nacional. Este Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional aponta para a necessidade da criação de mecanismos de participação popular que revigorem a democracia representativa, aumentando sua legitimidade.

Devem ser efetivados espaços concretos de articulação entre Estado e sociedade civil. Processos de debate, entendimento e deliberação política são essenciais para compreender e absorver novas linguagens quando se mostrarem legítimas.

Os canais existentes devem ser fortalecidos, como plebiscitos e consultas populares, conselhos sociais ou de gestão de políticas públicas, orçamento democrático, conferências temáticas e de segmentos específicos; mas novos instrumentos precisam ser desenvolvidos, mediante o uso de tecnologias da informação e comunicação, para que o cidadão participe mais ativamente das decisões.

1.2 Reforma Administrativa para profissionalizar a gestão pública

Um dos aspectos cruciais na construção de um Estado moderno e eficiente é reformar a administração pública, que deve ser pensada como instrumento da promoção efetiva dos direitos do cidadão e chave essencial para um novo modelo de desenvolvimento do Brasil do século 21.

A reforma administrativa deve atingir transversalmente todas as dimensões de gestão: estrutura organizacional, procedimentos administrativos, gestão financeira e orçamentária, gestão de pessoal, gestão de compras, participação e controle cidadãos, governança eletrônica, democracia digital e novas modalidades de prestação de serviço público. Estas ações

simplificarão a relação do Estado com o cidadão.

A construção de cidades inteligentes é o grande desafio a ser enfrentado por um projeto de gestão pública a serviço dos cidadãos. Conforme a União Europeia, as chamadas “*Smart Cities*” são sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Trata-se de fluxos de interação que são considerados inteligentes por fazer uso estratégico de infraestrutura e serviços, e de informação e comunicação com planejamento e gestão urbana para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade.

Outro aspecto é a responsabilização dos gestores e a prestação de contas aos cidadãos. A lei da transparência (LC nº 131/09), uma iniciativa do PSB, e mais a Lei de Acesso à Informação (LAI), de 2011, gerou uma quantidade sem precedentes de informações disponível à população em meios eletrônicos, em tempo real, independentemente de haver demandas por parte do cidadão. Com isso, as pessoas têm em mãos a promessa de uma cultura da transparência, e a instalação de ferramentas eletrônicas que facilitam o controle dos gastos públicos. Contudo, em que pese estes avanços, em geral, é baixa a qualidade dos serviços públicos no Brasil – a transparência é ainda um processo cultural de construção a longo prazo.

No conjunto das políticas públicas, nota-se a falta de planejamento integrado e de indicadores de desempenho que permitam controle social satisfatório. Nenhuma reforma conseguiu atingir o objetivo de promover uma participação democrática efetiva do cidadão na elaboração e na execução das políticas públicas e de anular a percepção de que há um grande desencontro entre direitos sociais e serviços prestados aos brasileiros, todos previstos na Constituição.

A construção do futuro para o Brasil passa por dotar a administração pública federal de missão republicana, inseri-la na estratégia nacional de desenvolvimento sustentável e integrá-la em um ciclo virtuoso de mudanças, que a impulsiona a contribuir para

concretizar as demandas populares legítimas: segurança, saúde, educação, ciência, tecnologia e inovação, transporte, logística, qualidade de vida, meio ambiente saudável, crescimento econômico e justiça social.

A reforma administrativa vai melhorar o funcionamento das instituições e implantar uma cultura gerencial estabelecendo metas que sejam monitoradas e submetidas ao controle dos resultados. A definição das políticas públicas e de seus programas, projetos e ações deve estar pautada por uma cultura de métrica. Quem são os beneficiários e quais os custos das iniciativas devem ser critérios informadores do processo decisório.

A relação do quadro administrativo do Estado e a sua gestão passa pelo fortalecimento de mecanismos de diálogo com os servidores públicos por meio de mesas permanentes de negociação coletiva, a fim de que as normas e condições de trabalho sejam definidas democraticamente e para que se promovam mais trocas de informações sobre os desafios e os objetivos da administração pública e os anseios da sociedade brasileira.

1.3 Construir um novo federalismo

Uma das questões essenciais a ser enfrentada no combate aos vícios do patrimonialismo, que ainda persistem no Brasil e colidem com o Estado democrático, com a economia moderna e os princípios da equidade e do universalismo, é a reconstrução da estrutura federativa do país. Trata-se de combater a distorção do patrimonialismo na qual persistem as transferências voluntárias do governo federal, que se dirigem a governos subnacionais “amigos”, enquanto se reduzem as transferências automáticas, de natureza democrática e universalista, que vão para fins determinados e que garantem isonomia nas relações federativas.

Um das premissas no novo federalismo deve ser o

princípio da subsidiariedade, que estabelece uma hierarquia de competências de baixo para cima, valorizando a sociedade civil perante o município frente às suas instâncias superiores, os estados e o governo Federal.

A reforma do Estado, para ser produtiva, implica na construção de um novo federalismo que torne compatíveis, sob aspecto orçamentário, as competências atribuídas a cada esfera de Governo, ampliando a transparência e o controle social sobre as políticas públicas. A construção de um novo federalismo está diretamente ligada à reforma tributária que enfrente a questão da distribuição dos recursos tributários, que torne mais equânime e justa a participação dos entes da federação do montante de recursos públicos arrecadados, superando o atual arranjo, em que a União se apropria de 60% dos tributos do país. Essas modificações passam por permitir que os estados e municípios também possam legislar sobre matérias que hoje competem exclusivamente à União.

O novo federalismo deve superar a tutela que a União exerce sobre as instâncias subnacionais para permitir a qualificação dos governos estaduais e municipais, para conceber e implementar políticas públicas com recursos orçamentários suficientes e para atender com qualidade seus cidadãos.

O corolário do novo pacto federativo passa por uma repartição mais coerente entre competências e receitas, estabelecendo como prioridade política uma revisão do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM), compatíveis com as transferências de funções e seus custos reais, assumidos por estados e municípios nos últimos 20 anos.

O novo federalismo, em última análise, passa pela construção de bases colaborativas entre as esferas de governo, com descentralização de obrigações, mas igualmente de receitas, que leve em conta as desigualdades regionais e os padrões nacionais mínimos a pôr em prática nas políticas públicas. Este caminho requer tanto a redistribuição de recursos e responsabilidades quanto a instituição de canais apropriados de negociação e coordenação intergovernamental.

Até agora, ao contrário do esperado, no pós-Constituição de 1988, o caminho foi de fortalecimento da União. Chegou a hora de fazer o caminho inverso, de fortalecer as instâncias subnacionais, em particular, os municípios.

2. Políticas Sociais: Ampliação e Universalização

2.1 Seguridade Social

A seguridade social é uma das principais conquistas sociais da Constituição Federal (CF) de 1988, designando um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade, voltado a assegurar os direitos relativos à saúde, à Previdência e à Assistência Social. A concretização desta conquista passa pela efetivação do orçamento da seguridade social; para tanto, um dos princípios constitucionais estabelecidos é a diversidade das bases de financiamentos, que deveriam ser constituídas por contribuições exclusivas. Estas contribuições, adicionadas às receitas arrecadadas sobre a folha de pagamentos mais impostos a serem transferidos pelo orçamento fiscal, seriam conduzidas para um fundo público redistributivo da seguridade social.

A questão da seguridade social e a sua edificação pelo Estado é central no debate político contemporâneo, pois afeta o cotidiano de todos os cidadãos e cidadãs. O sistema de seguridade social refere-se a um conjunto de instituições jurídicas e políticas de proteção social.

O projeto neoliberal, vigente no país desde a década de 1990, tem na sua agenda um amplo leque de reformas do Estado, destacando-se a reforma nos sistemas de proteção social e cortes na previdência social, nos fundos de aposentadorias e pensões, nos programas assistenciais e nos serviços de saúde pública. A seguridade social emerge como um dos principais setores candidatos à privatização, graças à sua enorme capacidade de produzir acumulação de capital na área financeira e na ampliação do mercado de capitais, sobretudo o de seguros privados.

Além disso, os recursos que compõem as fontes de financiamento da seguridade social desempenham um papel

relevante na política econômica e social do Brasil pós-1994. Parcelas importantes da arrecadação de receitas que deveriam ser utilizadas nessas políticas sociais, e que poderiam ampliar a sua abrangência, são retidas pelo orçamento fiscal da União e destinadas para a formação de superávit primário. No capitalismo contemporâneo, particularmente no caso brasileiro, ocorre uma apropriação dos fundos públicos vinculados à seguridade social para valoração e acumulação do capital vinculado à dívida pública (pagamento de serviços e juros da dívida).

O Estado brasileiro em conjunto com a sociedade civil tem o desafio de implementar o sistema de seguridade social articulado com a política de trabalho que garanta a ampliação e a universalidade do direito à previdência social, à saúde e à assistência social.

Um dos caminhos concretos é a retomada da criação do orçamento da seguridade social, agora ampliado para um orçamento social que garanta a criação de um fundo público com a canalização de recursos próprios e exclusivos para as políticas sociais, distinto daquele que financia as demais políticas de governo. Essas políticas devem ser financiadas por meio de tributos progressivos sobre a renda e o patrimônio, além da solidariedade de contribuições entre empregados e empregadores.

A concepção de seguridade social deve ser entendida como um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos dos cidadãos brasileiros. A Seguridade Social, assegurada num plano legal, tem sido atropelada pelas reformas neoliberais que atentam contra o aprofundamento da democracia e da cidadania na sociedade brasileira.

A seguridade social de cunho universal, em conjunto com as demais políticas sociais, deve caminhar no sentido de uma maior socialização da política, por meio dos mecanismos de gestão e controle social com participação popular – Conselhos e Conferências nos três níveis de governo.

Como corolário deve ocorrer alocação mais democrática dos recursos públicos, a partir do orçamento ampliado da seguridade

social, na perspectiva de uma ampliação da cobertura, tendo em vista a ideia da universalidade do acesso a direitos sociais legalmente definidos.

O orçamento é um campo de disputa de recursos que também expressa uma disputa política dos projetos societários. É preciso romper com a cultura político -autoritária no Brasil, que se expressa pela pouca distinção entre público e privado, pelo clientelismo e pelo patrimonialismo. Para tanto, a garantia de recursos exclusivos para as políticas sociais pode resultar em forte impacto para uma parcela enorme da população que conta com as políticas de seguridade social para sua sobrevivência.

Um das principais políticas sociais é a da previdência social, e essa deve ser construída sob uma ótica essencial que é a do direito à aposentadoria de todos (as) brasileiros (as), portanto, com uma política social de caráter universal. Qualquer debate sobre a previdência social e de sua reforma deve partir da necessidade da inclusão social, da garantia do acesso a esse direito. O caminho essencial para garantir o financiamento da previdência passa pela articulação de políticas econômicas e sociais que tenham como prioridade primaz a geração de postos de trabalho para todos e todas.

2.2 Universalizar a Previdência

A Previdência Social no Brasil tem dificuldades, desde sua origem, de universalizar o direito, pois o acesso aos seus benefícios ocorre mediante a contribuição, limitando-se praticamente ao universo dos trabalhadores do mercado formal de trabalho. A exigência da contribuição prévia para o acesso aos benefícios previdenciários, ou seja, a contribuição financeira para fazer jus à proteção social da previdência é um impeditivo da universalização do direito, uma vez que a relação salarial não é uma condição generalizada do mercado de trabalho no país; ao contrário, os postos de trabalho são heterogêneos, com inserções precárias e vínculos informais de trabalho - dura realidade para

mais da metade dos trabalhadores.

A previdência social deve assegurar a proteção do trabalhador/a e de sua família em um sistema que as situações de risco não são mais cobertas pelos mecanismos tradicionais da sociedade familiar e de ligações pessoais. Estes riscos envolvem a idade, a morte, a doença e o desemprego que devem ser protegidos pela previdência. A questão previdenciária não é a uma mera conta (rubrica) dentro das despesas correntes do orçamento público.

A previdência compõe o tripé da Seguridade Social, conjuntamente com a saúde e assistência social. A saúde, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal (CF), é um direito de todos, portanto de acesso universal. A assistência social, de acordo com o artigo 203 da CF, dirige-se a quem dela necessitar. Já a previdência social, diferentemente, é organizada em caráter contributivo e de filiação obrigatória.

Uma questão importante é analisar o acesso aos benefícios da previdência social por parte da população. O acesso aos benefícios previdenciários no Brasil depende de uma contribuição dos segurados e os valores das aposentadorias sempre foram vinculados diretamente às contribuições vertidas, sobretudo, ao longo da vida laboral, o que torna a cobertura previdenciária dependente do comportamento do mercado de trabalho e, portanto, das inserções das pessoas nos postos de trabalho.

A mudança mais significativa no vínculo contributivo foi a instituição, na Constituição Federal de 1988, do segurado especial, que é o trabalhador rural sem carteira de trabalho assinada, mas inserido no regime de economia familiar (sem utilização de mão de obra assalariada) ou na agricultura de subsistência. Neste caso, a contribuição previdenciária decorre da comercialização da produção, com uma alíquota que incide sobre o valor bruto da comercialização de sua produção rural. Essa inovação constitucional permitiu a inclusão de milhões de famílias da área rural na previdência social, significando praticamente a universalização no meio rural. Porém, na área urbana, é enorme a proporção de não segurados, em termos proporcionais, da

população economicamente ativa.

Um dos maiores problemas da cobertura previdenciária no Brasil está na informalidade do setor urbano da economia. Para tanto, de forma análoga ao realizado na área rural, é necessária a criação de uma categoria de segurado especial urbano que garanta uma renda básica ao idoso, o que corresponderia a um benefício universal, no valor de um salário-mínimo, a ser concedido, sem qualquer restrição, a todos os brasileiros assim que completassem 65 anos de idade.

Há fontes de financiamento no âmbito do orçamento da seguridade social que permitem a construção desse benefício com responsabilidade fiscal. No campo previdenciário falta construir alternativas para sustentação do sistema. É necessário, por exemplo, eliminar os desvios de recursos que ocorrem por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e das renúncias tributárias que sepultam o financiamento previdenciário. Além de outras medidas importantes no campo da gestão, como a racionalização administrativa, a cobrança da dívida ativa do INSS e o combate à sonegação.

O sistema previdenciário público do Regime Geral precisa construir, no futuro, um fundo de capitalização compulsório com contas individuais visando a garantia dos segurados e com aplicações em títulos do Tesouro Nacional, gerenciado obrigatoriamente pelo Estado.

É necessário caminhar para unificação dos regimes previdenciários com todos os trabalhadores e trabalhadoras, dos setores público e privado, sob o mesmo sistema previdenciário.

2.3 Saúde para Todos e Todas

Outra importante conquista do povo brasileiro foi o direito à saúde de forma universal. Para tanto, é necessário criar condições concretas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

O movimento de Reforma Sanitária que contou com a presença decisiva dos socialistas teve como legado a proposta do Sistema Único de Saúde (SUS), na Carta Magna de 1988, como alternativa ao sistema em vigor, que exigia a inserção no mercado formal de trabalho, o que significava a necessidade de contribuição prévia para o acesso à saúde pública no país. A proposta do SUS foi legitimada na VIII Conferência Nacional de Saúde, que contou pela primeira vez na história com ampla participação da sociedade civil organizada.

Um dos principais eixos da conferência foi a participação na gestão do SUS, na perspectiva do controle social, apontado como um dos princípios alimentadores da reforma do sistema nacional de saúde e fundamental para sua democratização, com forte mobilização do movimento nacional da Reforma Sanitária, articulado com movimentos sociais, sindicatos e parlamentares, que pressionaram e conquistaram o SUS. Ou seja, a garantia da saúde como direito de todos e dever do Estado, a descentralização, o atendimento integral, enfim, a universalização do direito.

Os conselhos e as conferências de saúde são instrumentos que precisam ser fortalecidos para o controle democrático da gestão e do orçamento da saúde. Além de permitir a participação dos diversos setores da sociedade e o governo a fim de realizar o acompanhamento e a definição de políticas públicas de saúde. Os conselhos de saúde estão presentes também em todos os estados da federação e nos municípios.

Um desafio importante a ser enfrentado nos próximos anos pela política de saúde é o envelhecimento populacional. No Brasil, verifica-se um predomínio crescente das doenças crônico-degenerativas, que exigem cuidados continuados. A tendência é que haja um declínio das doenças preveníveis por imunização e a persistência de elevados índices de morbimortalidade por acidentes de trânsito e agressões, acompanhados do declínio da mortalidade por doenças cardiovasculares (com estabilidade na incidência) e do aumento das doenças respiratórias, dos processos de demências e Alzheimer, dos transtornos e agravos psicológicos e mentais, da sobrevivência de deficientes e da multimorbidade no

país.

Isso significará um aumento das pessoas em uso contínuo de serviços de saúde. O aumento no número de idosos levará à necessidade de reinstituição de espaços institucionais de longa permanência e cuidados paliativos e, sobretudo, aumento da integração com sistemas de suporte a nível comunitário (cuidadores, assistência social, Programa Saúde da Família, Centros de Referência de Assistência Social).

Diante desse quadro, a tendência é de manutenção do subfinanciamento público em saúde, com aumento dos incentivos governamentais (subsídio fiscal) ao setor privado com ou sem fins lucrativos, agravado pelo aprofundamento do processo de mercantilização e financeirização da saúde e pela manutenção da dependência externa de tecnologias da saúde, tendo em vista a fragilidade do complexo econômico industrial da saúde no Brasil. Especialmente se considerarmos a concentração de capitais e propriedade que vem sendo registrada na indústria de saúde global, com produção de tecnologias de ponta (patentes) e comércio sob controle das *big pharmas*, as quais têm cada vez mais se direcionado aos setores de biotecnologia e nanotecnologia nos seus processos de fusões e aquisições.

É fundamental, portanto, fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e buscar a universalização dos serviços, com a qualidade a que todo cidadão faz jus. Isso requer esforços de aprimoramento da gestão, investimento na formação de profissionais da saúde e programas e projetos para promoção da saúde e prevenção de doenças.

A principal causa de morte no Brasil são as doenças cardiovasculares e cerebrovasculares. A segunda causa de morte é o câncer. E em terceiro as causas externas, onde se destacam homicídios e acidentes de trânsito. Com a acelerada transição demográfica que vivenciamos, em breve teremos mais brasileiros acima de 60 anos do que na faixa de 0 a 19 anos. Haverá, portanto, incidência maior de doenças crônicas. É previsível que tenhamos mais pacientes com necessidade de tomar medicamentos por longos períodos e de ter cuidados especiais.

Nas próximas décadas, as demências e transtornos neuropsíquicos terão importância cada vez maior. Precisaremos preparar o SUS para atender a demanda de pacientes com mais idade.

Além disso, as novas tecnologias de saúde representam custos cada vez maiores. Precisaremos adotar critérios de custo-efetividade para não prejudicar a sustentabilidade financeira do SUS. Também precisaremos rediscutir as isenções e renúncias fiscais oferecidas ao mercado privado.

Hoje, se um usuário de plano de saúde acordar com dor de cabeça, ele pode marcar uma consulta diretamente com o neurologista. Nenhum sistema de saúde, público ou privado, consegue se sustentar com base neste modelo. O caminho mais adequado, que já é praticamente consenso na sociedade brasileira, é o da prevenção. Todo e qualquer cidadão deveria ter um clínico da rede pública para cuidar da saúde dele. Todos, mesmo os mais ricos, deveriam ser atendidos pelo Programa Saúde da Família. O importante é que todos os pacientes passem por um generalista antes de ter acesso aos níveis mais especializados de medicina, para não haver desperdício. Hoje o sistema brasileiro é altamente fragmentado, prevalecendo uma hiperespecialização médica. Precisamos substituir esse quadro por meio da universalização da atenção básica centrada na clínica médica, de alta qualidade, deixando o acesso aos níveis mais especializados somente para quando for realmente necessário.

Precisamos ainda dividir o Brasil em regiões sanitárias que reúnam conjuntos de municípios. Em cada região haveria um hospital de referência, uma universidade e uma estrutura de governança que garanta certa autonomia para prover insumos e pessoal. Os recursos seriam partilhados com base em critérios epidemiológicos, populacionais e tecnológicos.

O atendimento à saúde é a primeira das queixas e das aspirações dos brasileiros. O atendimento médico-hospitalar não satisfaz, e o trabalho de controle de doenças e de redução de indicadores de mortalidade – que o SUS tem contribuído para mudar para melhor – não é notado quando exitoso, apenas quando falha. A percepção do cidadão sobre o sistema público de saúde é

pautada pela visão de uma medicina de alta tecnologia e de caráter hospitalar – à qual ele, efetivamente, tem dificuldade de acesso.

O SUS é quase único no mundo em termos de acolhimento e cobertura, resultado de gerações de lutas populares por cidadania. Sua concepção revolucionária e seu compromisso com a universalização do acesso aos serviços de saúde, no entanto, não eximem seus gestores, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), da tarefa de melhorá-lo para que se torne um sistema mais humano, rápido e realmente capaz de atender às demandas de brasileiros e brasileiras.

Avançar no processo de universalização dos serviços públicos saúde, a níveis crescentes de qualidade, priorizando, em uma primeira etapa, os setores de rendas médias e baixas, é um passo essencial para reverter o processo de mercantilização desses serviços, crescentemente internacionalizados, que penaliza principalmente os segmentos de menor capacidade econômica da sociedade.

A Constituição (CF, 1988) atribui aos municípios a prestação dos serviços, com o apoio técnico e financeiro dos estados e da União. Porém, a desigualdade entre os municípios brasileiros é profunda, o que dificulta o acesso equânime da população à saúde. Não basta, portanto, um choque de gestão na saúde. É preciso aportar mais recursos na área. Os investimentos virão do crescimento econômico, dos ganhos de eficiência e de uma decisão política de dar prioridade à saúde no orçamento.

A política de saúde deve ser vista de forma ampla, que garanta a vida plena para os cidadãos/as, incorporando uma nova ideia de sustentabilidade considerando os componentes econômico, ambiental, tecnológico, institucional e político, o cuidado com a saúde e a qualidade da vida.

2.3 Assistência Social: Proteger os mais Pobres e Garantir sua Autonomia

Outra política que compõe a seguridade social é a

Assistência Social. No campo das políticas sociais, a efetivação da assistência social pressupõe a transferência de um bem ou serviço, ou, ainda, um recurso financiado pelo orçamento público sem a contribuição prévia. A assistência social como política pública é função governamental, que passa a exigir a delimitação de um espaço público, com responsabilidades de todos os poderes, assim como a fixação de metas, orçamentos, programas continuados e serviços de impactos sociais. Essa delimitação não restringe o universo da assistência a uma intervenção exclusivamente estatal, pois deve supor a participação dos segmentos organizados da sociedade civil em sua formulação, implementação e gestão. Por implicar a redistribuição do fundo público, deve ser exigida a presença de formas de controle social por meio da adoção de mecanismos viabilizadores da publicização do uso e da transferência de recursos públicos. O controle democrático deve incorporar a sociedade civil na definição das prioridades e na fiscalização da execução da política de assistência social.

Um importante avanço para a política de assistência social, nascido das propostas da sociedade civil, foi o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS é um modelo de gestão descentralizado e participativo, para regulação e organização em todo o território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógico de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. O SUAS busca a operacionalização da LOAS, viabilizando um sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo o território nacional.

A construção do SUAS e de todo o seu marco regulatório é uma inovação no campo da assistência social. A gestão pública da política de assistência social deve ser feita de modo sistêmico pelos entes federativos, assegurando o caráter público desta política. Importante assegurar espaços de pactuação dos entes da federação e o processo democrático de gestão do SUAS e do seu financiamento.

A política de assistência social é determinante para operar como proteção social com três níveis de segurança:

a) Sobrevivência: visando assegurar uma renda mínima para pessoas com limitações de rendimento ou autonomia, especialmente pessoas com deficiência, idosos, desempregados e famílias numerosas ou sem garantia de condições básicas de vida;

b) Acolhida: opera com as provisões básicas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, especialmente para crianças, idosos e portadores de deficiência. Essa proteção também é voltada para incontingências como a separação da família por variadas situações, como violência familiar, social, drogadição, alcoolismo, desemprego prolongado e criminalidade; e,

c) Convívio ou Vivência Familiar: tem por objetivo atender por meio da política de assistência social indivíduos com problemas relacionados a não-aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações, visando também a superar barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias da convivência humana.

A questão é que no Brasil não existe nenhum benefício familiar, de caráter universal, destinado à proteção social de apoio à infância e à adolescência, a exemplo do que ocorre em diversos países europeus, onde este tipo de benefício para famílias com crianças chegou a representar um percentual importante dos gastos vinculados à seguridade social.

Ainda permanecem no sistema de proteção social do Brasil basicamente dois tipos de benefícios de transferências monetárias, um primeiro baseado em contribuições prévias e obrigatórias e o segundo não-contributivo, mas com elevado nível de condicionalidades e estigma.

Com isso, para acessar algum benefício do fundo público para os gastos com educação dos filhos existem apenas duas alternativas: gozar da dedução tributária no Imposto de Renda, que permite deduzir dentro de um limite os gastos com a educação dos filhos em idade escolar; e, a segunda, ser extremamente pobre

para habilitar-se ao recebimento do bolsa-família e, assim, ter um benefício para complementar as despesas com crianças.

A política de assistencial social pode operar, por meio dos serviços sociais, uma ampla rede de proteção à criança e ao adolescente em articulação com a política de educação, além da garantia de benefícios de caráter universal para as famílias com filhos em idade escolar.

A política de assistência social pode ser decisiva no Brasil para garantir bens e serviços públicos essenciais para conjunto da população e, sobretudo, para que os indivíduos mais pobres do país acessem de fato seus direitos de cidadania.

O próximo passo na agenda da superação da pobreza deve partir de um conjunto de políticas que superem a simples melhoria dos níveis de renda e o discurso, de viés ideológico, sobre a suposta emergência de “nova classe média” no Brasil. Isso porque a abordagem baseada em aumento de padrões de consumo ignora que não houve transformação nas características que definem uma classe social: posição no processo produtivo, tipo de emprego, nível de qualificação, acesso a bens sociais e formas de socialização.

É tempo de emergir uma nova geração de programas sociais que garantam assistência imediata, mas também uma cesta de oportunidades para o desenvolvimento das famílias, levando em conta suas fragilidades e potencialidades. Trata-se, agora, de buscar a igualdade de oportunidades e o acesso a serviços públicos de qualidade.

Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais serão um mecanismo para conhecer as necessidades da população e as possibilidades de atuação, de acordo com as especificidades regionais e locais. Isso exige uma atuação muito forte na busca por informações e no treinamento dos responsáveis pela tarefa.

Mudanças de hábitos e valores culturais devem ser vistos como um processo necessariamente sustentado por mediações, diálogo e parcerias. É preciso, portanto, dar prioridade à formação e à capacitação dos colaboradores locais, para que possam se transformar em promotores de mudança.

Os agentes dessa rede única e descentralizada do SUAS, por meio do seu cadastro único, podem obter informações sobre deficiências, oportunidades e efetividade dos programas sociais; estabelecer o Plano de Desenvolvimento Familiar; e acompanhar e estimular a evolução no alcance das metas definidas. Devem também manter contato com as universidades e instituições de ensino públicas e privadas, para a troca de informações e ideias.

Favorecer o empreendedorismo faz a diferença em uma economia fraca em geração de emprego. As iniciativas municipais de criação de incubadoras de empresas e de cooperativas de produtores estão na direção certa de fomento ao empreendedorismo e à criação de oportunidades de trabalho.

Para os indivíduos e as famílias atendidas, o empreendedorismo pode ser o caminho de saída de programas sociais e de conquista de melhores condições de vida. A busca de autonomia passa pela consciência de potencialidades e pelo desenvolvimento de capacidades.

A educação para o empreendedorismo deve promover a criação de ambientes estimuladores de comportamentos que desenvolvam a capacidade de geração de autoemprego. Nesse cenário, as instituições de ensino podem desempenhar um papel relevante, disseminando metodologias que permitam aos estudantes tornarem-se mais empreendedores. A oferta de crédito contribui para que pessoas e comunidades saiam da pobreza e caminhem com as próprias pernas. Nesse sentido, o estímulo à microempresa, grande geradora de empregos e de dinamismo locais, tem de ser considerado uma iniciativa importante.

Ir além do conceito de Estado unicamente provedor e partir para o de Estado mobilizador é uma das chaves para obter sucesso nas políticas sociais.

2.4 Garantir Trabalho para Todos e Todas

As políticas econômicas devem priorizar um amplo ciclo de formalização do emprego. Em nosso país o que tem sido

predominante são as relações informais de trabalho com grande precariedade nas relações de emprego. A cobertura previdenciária depende, em grande parte, de melhoria significativa na formalização dessas relações.

No Brasil, além da elevada informalidade nos postos de trabalhos, historicamente equivalente à metade da População Economicamente Ativa (PEA), aqueles que se encontram em postos de trabalhos formalizados enfrentam a alta rotatividade no emprego. Ademais, há forte presença ainda de crianças e adolescentes no mercado de trabalho e cerca de 1/3 dos aposentados retornam ao mercado trabalho. Tanto a presença de criança e adolescentes quanto a de aposentados pressionam a PEA e tendem a aumentar a disputa por uma oferta de emprego. No primeiro caso, é necessário que a política de educação garanta a oferta de ensino e assegure a presença de crianças e adolescentes inibindo a ida para o mercado do trabalho. Já no caso dos aposentados, o retorno ao mercado diz respeito tanto ao baixo valor pago de aposentadoria quanto às aposentadorias precoces. Ambos os casos precisam ser enfrentados em uma reforma previdenciária.

O desemprego e a informalidade se confrontam com o crescimento econômico. Sempre que a taxa de crescimento do PIB ultrapassou 4% no Brasil, a taxa de desemprego diminuiu. A elasticidade produto-emprego da economia brasileira é da ordem 0,5, indicando que cada 1% de crescimento econômico gera 0,5% de crescimento da população ocupada. Como nos últimos 20 anos a PEA cresce a uma taxa média de 2% aa, é necessário um crescimento de 4% para absorver os entrantes no mercado de trabalho.

Somente o crescimento econômico não basta para resolver as questões estruturais do mercado de trabalho brasileiro. A taxa de produtividade do trabalho também elimina postos de trabalho, o que torna necessário que se garantam incentivos ao crescimento de segmentos econômicos que tenham maior capacidade de gerar empregos diretos e indiretos.

Para enfrentar o desafio de garantir postos de trabalhos

suficiente para os/as trabalhadores/as brasileiros/as, é importante um misto de política de apoio a modernos setores produtivos para tornar o Brasil mais competitivo, com inserção autônoma e independente num capitalismo internacionalizado, e também a setores tradicionais com forte potencial de gerar empregos.

A simplificação da legislação trabalhista e sua modernização, de forma que se atualizada para o Brasil do século XXI, também seria importante para viabilizar postos de trabalhos formais. Mas isso deve ser feito de forma negociada com setores representativos do capital e do trabalho, para não significar simplesmente a eliminação de postos de trabalho. O PSB historicamente esteve na vanguarda da conquista dos direitos trabalhistas no Brasil, no entanto compreende que é preciso um aperfeiçoamento para os tempos atuais das leis trabalhistas, desde que haja garantia da preservação das conquistas históricas da classe trabalhadora no país.

A política do salário mínimo precisa ser mantida e seguir seu processo de recuperação histórica, de forma a garantir o estágio de desenvolvimento do país com distribuição de renda.

É preciso fortalecer e de fato implementar o Sistema Público de Emprego, que hoje limita-se ao pagamento seguro-desemprego do PIS/Pasep. A necessidade de curso de qualificação e requalificação com escolas técnicas e com o sistema de treinamento empresarial para novas exigências de ocupações no mercado de trabalho é uma questão premente no mundo contemporâneo.

Outra questão determinante para universalização do direito ao trabalho é a economia criativa. A geração de renda e empregos, da qualidade tecnológica do país, da promoção da imensa diversidade cultural que nos caracteriza como povo, é fundamental para que se desenvolvam políticas ativas e coerentes direcionadas à economia criativa.

Essa atividade articula inovação, cultura e conectividade de pessoas e instituições, instaurando por esse meio redes que potencializam a criatividade, produtividade e sentimento de pertencimento e convivência em espaço público e plural.

Devido a essa característica, a economia criativa permite conectar todas as ações de interesse público para ampliar a qualidade de vida e oportunidades para os cidadãos. Dinamizar esse segmento implica em desenvolver com sustentabilidade a economia e pode abrir perspectivas novas no cenário internacional para o complexo de atividade que gravitam em torno, como por exemplo, o setor de turismo.

O empreendedorismo deve ser fortemente incentivado em um governo socialista. As iniciativas governamentais de combate à pobreza e geração de empregos devem vir acompanhadas de políticas públicas no sistema público de emprego que atuem no âmbito de ações empreendedoras.

Trata-se de uma importante estratégia para oxigenar a economia, tanto para inovação quanto para lutar por alternativas viáveis de sobrevivência e autonomia da população mais pobre, que em geral se vê excluída do mercado formal de trabalho.

Neste sentido, um governo socialista vai incentivar e implementar políticas de estímulo à pequena e média empresa, fundamental para geração de ocupações, e ao cooperativismo associado a iniciativas de economia solidária.

2.5 Revolução Educacional

Já dizia Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

O Brasil apresenta uma enorme defasagem educacional diante da sociedade do conhecimento. O país precisa com urgência de uma revolução educacional. A economia brasileira vem se especializando em gerar postos de trabalho de baixa qualificação e remuneração, o que se associa a um sistema educacional repleto de deficiências. Apesar desses avanços, o Brasil ainda acumula desigualdades e ausências. Para os parâmetros internacionais, a escolaridade média da população brasileira é baixa em relação aos demais países. Aqui o nível de o analfabetismo de jovens e adultos permanece elevado, enquanto

os países do capitalismo central erradicaram o analfabetismo no início do século XX.

A disseminação do aprendizado deve ser prioridade nacional permanente. Revitalizar a escola pública, devolver dignidade à profissão dos professores, incrementar um processo intensivo de estímulo à criação e à difusão do saber para que os avanços mundiais da ciência e da técnica sejam assimilados, reprocessados internamente e integrados em um acervo nacional de conhecimentos e práticas.

O Brasil deve assegurar oportunidades educacionais a todos os grupos que compõem a nossa sociedade. O país precisa, notadamente, formar uma juventude politicamente ativa e interessada, que se perceba como agente absolutamente relevante em uma sociedade cuja escala é planetária atualmente. Enfim, que se tenha como premissa uma educação básica que se caracterize pela excelência acadêmica. O país tem histórica dificuldade em manter adolescentes e jovens nas salas de aulas, de maneira que, de acordo dados da OCDE de 2015, somente quatro entre 10 brasileiros de 25 anos ou mais concluíram o Ensino Médio, e apenas um entre seis é diplomado do Ensino Superior. Enquanto nos países da OCDE a proporção de universitários é de 40%, no Brasil é somente de 15%.

Da qualidade da educação e de sua articulação com a cultura depende, em grande medida, o dinamismo de um país. Do ponto de vista econômico, o IPEA (em 2012) demonstrou que um ano extra na escolaridade média da população aumenta a taxa de crescimento anual da renda per capita em 35%.

Do ponto de vista social, a circulação de informações e a apropriação de conhecimentos garantem as ferramentas mínimas para exigir direitos e cumprir deveres. Do ponto de vista político, o conhecimento, aliado à participação em instâncias decisórias, é o que propicia transformações legítimas e benéficas para o país.

Os socialistas entendem que o processo educativo deva formar crianças, jovens e adultos, tanto para o exercício da cidadania plena como para o mercado de trabalho, a partir de uma agenda estratégica, voltada para uma sociedade em transição para

o desenvolvimento sustentável. O PSB defende que o sistema público de educação deve ter como seu objetivo e meta propiciar para todos os cidadãos a inserção de cada indivíduo na vida social, econômica e cultural de seu País.

O projeto estratégico de desenvolvimento nacional é absolutamente fundamental para nortear o projeto educacional. Sem um projeto nacional, que inexistente, não é possível elaborar o projeto educacional, pois ele é o fundamento de uma visão sistêmica e nela a educação dialoga com outras áreas, primordialmente com a cultura e a inovação, com as quais forma a tríade impulsionadora do país que queremos construir. Também leva em conta meio ambiente, saúde, economia, empreendedorismo, assistência social e esporte. Importante ressaltar que os direitos de cidadania são integrais e indivisíveis. O direito à educação só será pleno se o cidadão brasileiro tiver garantidos os demais direitos sociais inscritos na Constituição Federal (Art. 6º), a saber: direito à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados.

O direito à educação é fundamental para materializar todo o conjunto de direitos humanos e sociais e conquistar a justiça social. A educação de qualidade assegura às pessoas os conhecimentos, as competências e as aptidões necessárias para questionar-se, conceituar e solucionar problemas que ocorrem no país e no mundo. Também contribui ativamente para o desenvolvimento sustentável e democrático das sociedades.

Tal visão impõe mobilização ampla em torno de uma agenda comum, dos governos e movimentos sociais e culturais às universidades, organizações da sociedade civil e empresas. Essa transversalidade exige que o diálogo se apoie em pesquisas e inovações que possam subsidiar as mudanças necessárias.

Uma nova escola precisa garantir aprendizagens contextualizadas com as exigências do mundo contemporâneo, tendo como eixos a sustentabilidade, a participação democrática, a articulação com a cultura, as tecnologias de informação e

comunicação e a mobilidade pelos diferentes espaços como forma de apropriação dos espaços públicos. A escola do século 21 pressupõe também uma gestão sustentável do uso da água, da energia e da relação com o meio ambiente. Os alunos dessa nova escola também devem estar conectados com o mundo e devem dispor das plataformas e da infraestrutura necessárias para isso.

No Brasil, a escola está muito distante da realidade dos jovens no século 21, alheia às questões contemporâneas. O ambiente escolar atual caracteriza-se por uma tensão permanente entre jovens e professores, em que ambos vivem a ambiguidade da desarticulação entre a instituição escolar e as demandas da sociedade contemporânea, expressas especialmente pelos jovens. A falta de diálogo e de participação dos jovens na construção de seu cotidiano escolar impulsiona-os para fora de um ambiente que não reflete sua realidade.

A questão espinhosa a enfrentar é que, na adolescência, muitos jovens desistem de continuar os estudos. Esse contingente passa a formar o que os especialistas denominaram “geração nem-nem”, ou seja, jovens que nem trabalham, nem estudam. A “geração nem-nem” é talvez o ponto mais crítico da educação nacional, pela sua característica perversa de perpetuar a desigualdade e a miséria. O desinteresse crescente dos jovens e os altos índices de evasão precisam ser combatidos com estratégias inovadoras.

Precisamos avançar também na democratização do acesso e na permanência dos alunos no Ensino Superior, incentivando, de um lado, a função social das faculdades e universidades e, de outro, a pesquisa e a inovação em constante diálogo com as necessidades dos jovens, das cidades e do desenvolvimento sustentável.

Não há como transformar a sociedade sem fortalecer a cultura. E não há como pensar a cultura sem interface com a educação. Os dois processos devem ocorrer em conexão, para que a cultura não se reduza a entretenimento, e a educação, a mera formação para o trabalho.

No Brasil, há grande descompasso entre as políticas

educacionais e as culturais, o que fragiliza os valores, os conhecimentos e saberes, a transmissão dos repertórios de uma geração a outra, a fruição artística, a criatividade, a formação e o contato com práticas culturais que fornecem a matéria-prima para construir um mundo eficiente, justo e sustentável.

O descompasso também enfraquece a capacidade que o país tem de inventar-se a si mesmo e de inovar. A cultura pode ser entendida em duas dimensões. A primeira se refere ao modo de vida de um povo, suas tradições, crenças, práticas, símbolos e identidades transmitidos e recriados de geração em geração. Trata-se da cultura em sua dimensão antropológica, difusa, espontânea e transversal. A segunda compreende a criação e a fruição artísticas: a música, as artes visuais, as artes cênicas e a literatura, entre outras manifestações. Ambas as dimensões precisam ser consideradas na formulação de políticas públicas.

O projeto estratégico de desenvolvimento nacional deve assegurar a educação de qualidade, equitativa e inclusiva como pilares para o acesso a todos os demais direitos de desenvolvimento humano, um pilar inalienável de uma sociedade socialista. O desenvolvimento humano passa pela garantia essencial de acesso à saúde, à nutrição e à sustentabilidade ambiental, entre outros. A educação de qualidade é a chave para geração de um espírito crítico e permite conhecer e compreender os direitos, além de desenvolver a capacidade de lutar pela aplicação e defesa dos direitos.

Entendemos que a educação é essencial para o pleno desenvolvimento de cidadãos e cidadãs, e que eles sejam capazes de contribuir para uma cultura da paz, desenvolvimento sustentável, crescimento econômico, trabalho decente, equidade e cidadania. A educação contribui para o fortalecimento da democracia e da coesão social, incentivando o respeito à convivência e à diversidade cultural e linguística.

Nosso projeto de um país socialista passa por forte valorização da educação em todos os níveis, fortalecendo na educação superior o tripé ensino, pesquisa e extensão como motor da inovação e da ciência e tecnologia. O ensino dos valores de

igualdade e respeito à diferença e à diversidade devem ser incorporados aos currículos para fazer frente à discriminação implícita ou explícita e aos estereótipos. Uma educação socialista deve combater todas as formas de discriminação. A educação não se limita à mera aquisição de conhecimentos, habilidades e competências, pois o que queremos na nova sociedade é transformar a forma como as pessoas pensam, atuam e se relacionam, individual e coletivamente, e coexistem.

Nesse sentido, os profissionais da educação devem receber formação continuada e um desenvolvimento profissional permanente que lhes permita realizar seu trabalho de acordo com os princípios de igualdade, incluindo a prevenção da violência, particularmente contra as mulheres e crianças.

As instituições educacionais devem ser o local onde todos e todas têm igualdades de oportunidades para desenvolver seus potenciais, protegidos da violência em todas as suas formas. Todos os educandos têm direito a uma educação em um ambiente de ensino e aprendizagem pacífico e seguro. O ambiente escolar deve ser de amplo respeito as diferenças e combater quaisquer tipos de discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

A educação integral deve respeitar a realidade de cada local, repensar as atividades oferecidas, traçar o perfil do profissional de educação eficaz nesse regime escolar e reestruturar o currículo para orientar os conhecimentos, saberes e habilidades a trabalhar em sala de aula a fim de que crianças e jovens possam aprender de maneira contextualizada. A educação ambiental, que supõe uma visão sistêmica da educação e da escola com seu entorno, torna-se um eixo fundamental da educação integral.

Além disso, os alunos em regime escolar integral devem ter atividades esportivas, culturais, agrícolas, tecnológicas, além das disciplinas convencionais. Trabalhar com mais profundidade e continuidade atividades artísticas e práticas culturais tradicionais também é essencial. aprendizagens contextualizadas com as exigências do mundo contemporâneo, tendo como eixos a sustentabilidade, a participação democrática, a articulação com a cultura, as tecnologias de informação e comunicação e a

mobilidade pelos diferentes espaços como forma de apropriação dos espaços públicos.

O desenvolvimento do país sob prisma de um ideal socialista passa por construir uma educação integral para todos/as. Deve-se organizar as condições de implementação da educação integral, articulando diferentes políticas públicas das secretarias numa ação intersetorial, e contemplar a participação da sociedade organizada no âmbito de estados e municípios, com foco nas potencialidades e demandas educativas dos territórios.

É necessário estimular e aportar recursos financeiros a fim de permitir que esforços e metas sejam compartilhados entre os entes da federação. A escola deve se adequar à educação integral, mas para tanto deve ser priorizado o investimento na infraestrutura das escolas e na construção de novas unidades, já que muitas não têm condições físicas suficientes e adequadas para acomodar educação integral.

Sob esse prisma, é necessário refundar a educação pública de qualidade para todos a partir de critérios de efetiva equidade social, articulando as diferentes dimensões da educação – formal, não formal e informal – numa concepção de educação ao longo da vida. O que passa por mudanças tanto nos conteúdos curriculares como na metodologia, na organização e no formato das escolas para transformar os jovens em protagonistas de sua educação, incentivando o diálogo, a participação e o conhecimento colaborativo.

Devemos travar ainda o combate permanente ao analfabetismo, chaga a ser varrida do Brasil, lutando para sua erradicação. Além disso, também é preciso superar o analfabetismo funcional, estabelecendo-se metas para reduzi-lo drasticamente. Para tanto, seria oportuno desenvolver programas de apoio aos municípios e estados para acabar com o atraso escolar, tendo como meta zerar a distorção idade/série nos próximos anos. Na mesma direção, a ideia é reformular a metodologia para o Ensino de Jovens Adultos (EJA), tendo como foco a formação profissional e o uso de plataformas e recursos digitais, flexibilizando materiais pedagógicos, currículos e

horários para adequá-los ao perfil desse público.

Em outras palavras, trata-se também de universalizar para todas as crianças o acesso e a permanência em uma escola de qualidade: instalações adequadas, professores capacitados, espaço para formação continuada dos docentes e participação dos pais.

Convém ressaltar que o Brasil investe poucos recursos na educação para os parâmetros internacionais. Em 2012, a publicação *Education at a Glance* mostrou que a média dos 34 países que formam Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é 6,3% do PIB, enquanto em nosso país está em 5,6% do PIB. O gasto anual por estudante é outro indicador que confirma essa realidade. Em 2010, o valor no Brasil foi muito menor que a média da OCDE e ficou ainda mais distante que os gastos dos EUA. Levando-se em conta apenas os países latino-americanos selecionados, o Brasil só ficou em melhor situação que o México.

Na Educação Infantil, a média da OCDE é superior a US\$ 6.762 pela Paridade de Poder de Compra (PPC), enquanto no Brasil o gasto unitário anual é de US\$ 2.111. Essa situação se repete no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, cujos gastos foram de cerca de US\$ 2.800 e US\$ 2.571, respectivamente, enquanto as médias da OCDE são ainda mais altas, próximas de US\$ 8 mil e de US\$ 9 mil.

O PSB defende a implementação dos 10% do PIB para a Educação até 2024 e de metas que alcancem o custo aluno-qualidade para reverter esses indicadores. Dentro de um orçamento público que tem seus limites, mas que vem a cada ano sendo sangrado para pagar juros da dívida, na casa de 9% do PIB, em termos nominais, é preciso reverter com responsabilidade essas escolhas políticas.

A revolução na educação também passa pelo aprimoramento da gestão nas diferentes instâncias de governo, o que requer que se implemente uma governança democrática, pautada por monitoramento e avaliação de resultados. Impõe, além disso, que se apliquem incentivos para adotar critérios de mérito na designação de dirigentes das escolas públicas, combinando as

exigências de qualificação com as de legitimação perante a comunidade escolar.

Deve ser promovida a conscientização sobre a função social das faculdades e universidades, para que ofertem créditos obrigatórios em projetos de intervenção em diferentes âmbitos das políticas públicas, especialmente em territórios de alta vulnerabilidade social.

Serão incentivadas faculdades e universidades a realizarem pesquisas que resultem em propostas inovadoras para subsidiar as diferentes dimensões da sustentabilidade, da equidade social e de novos conhecimentos. Aprimorar o processo de avaliação do Ensino Superior, de modo a repensar os critérios, integrar todos os resultados e respeitar as particularidades das instituições.

A educação é direito de todo cidadão, que a poderá exigir do Estado, dentro dos limites de sua vocação e capacidade, sem qualquer retribuição. A educação visará dar ao ser humano capacidade de adaptação à sociedade em que vive e não a um grupo ou classe. O ensino oficial será leigo e organizado de modo que vise o interesse público e não fins comerciais. O professor terá liberdade didática em sua cadeira. O educador, no exercício de sua profissão, nenhuma restrição sofrerá de caráter filosófico, religioso ou político.

2.6 Cultura aliada da Educação

Não há como transformar a sociedade sem fortalecer a cultura. E não há como pensar a cultura sem interface com a educação. Os dois processos devem ocorrer em conexão para que a cultura não se reduza a entretenimento, e a educação, à mera formação para o mercado de trabalho.

No Brasil, há grande descompasso entre as políticas educacionais e as culturais, o que fragiliza os valores, os conhecimentos e saberes, a transmissão dos repertórios de uma geração a outra, a fruição artística, a criatividade, a formação e o contato com práticas culturais que fornecem a matéria-prima para

construir um mundo eficiente, justo e sustentável.

Não obstante nossa enorme riqueza cultural e científica, o Brasil não figura na lista dos 20 maiores produtores de bens e serviços criativos do mundo. Um povo que não valoriza seu acervo de conhecimentos e memórias está condenado a ser um mero receptor, nunca um criador. O empobrecimento cultural, a degradação ambiental e a falta de perspectivas criativas prosperam no terreno fértil do desrespeito e do desconhecimento do patrimônio cultural. Preservar conhecimentos e memórias não contradiz o desenvolvimento econômico e social; ao contrário, impulsiona-o. O patrimônio cultural não pode tampouco ser reduzido a um conjunto de edifícios ou obras de arte; ele é vasto e envolve todos os campos da ação humana, tangíveis e intangíveis.

Nossas reservas naturais fazem parte desse patrimônio, assim como todo o conhecimento científico e tecnológico e o “saber fazer” transmitido de geração em geração. Dar prioridade a museus, arquivos e bibliotecas, aos registros escritos, sonoros e visuais de tradições orais e da produção contemporânea, assim como aos tombamentos, à preservação e à revitalização ambiental, é indispensável ao desenvolvimento.

A formação cultural deve englobar o aperfeiçoamento permanente dos agentes culturais diretos (atores, músicos, produtores culturais, artistas plásticos, cineclubistas etc.) e a iniciação cultural e artística de amplo alcance, que começa na complementação educacional de crianças e adolescentes e se desdobra na formação de adultos, por meio de cursos e oficinas descentralizados.

Nesse caminho de ampliação do repertório cultural e do acesso a obras de arte e espetáculos, um público mais crítico se forma para consumir e produzir manifestações artístico-culturais mais elaboradas.

Aqui chegamos às possibilidades da cultura digital nas artes e no agenciamento da cultura. É preciso reconhecer o papel das novas tecnologias na vazão do desejo de comunicação irrestrita e na construção de uma inteligência coletiva. O potencial do Brasil na área é sabidamente grande.

Por meio da internet, do software livre e da prática de compartilhamento, obras vêm sendo criadas e disponibilizadas aos usuários. Se bem usadas, as tecnologias digitais têm base e potencial para democratizar o acesso ao conhecimento, contribuir para a difusão de repertórios, formar públicos e gerar arte.

Novos modelos de negócios – envolvendo a interface entre público e privado – e regras jurídicas se fazem necessários nesse contexto. Todo dia, programas de rádio e televisão, filmes, fotografias, histórias em quadrinhos, músicas e livros são digitalizados e distribuídos pela internet, inclusive conteúdos produzidos pelas indústrias proprietárias. O advento da cultura digital e da mídia livre torna possível abrir outros caminhos para difusão e informação cultural, caminhos de mão dupla, mais polifônicos e participativos.

2.7 Políticas Públicas Urbanas: Saneamento Básico, Habitação, Mobilidade Urbana e Segurança Pública

O PSB vem dando contribuições relevantes na sua história e nas experiências dos seus governos na temática da questão urbana. O partido vem desenvolvendo questões relacionadas à melhoria da mobilidade, do transporte público, moradia, assistência à saúde, segurança, esporte, cultura e lazer. A reforma urbana é parte fundamental do projeto de desenvolvimento do país.

Há forte consenso entre os urbanistas contemporâneos que estamos vivendo os primórdios do chamado Planeta Urbano. A população urbana mundial ultrapassou a população rural em 2007. Não há mais como adiar o enfrentamento do debate sobre o futuro das cidades.

É preciso priorizar as políticas urbanas para oferecer, urgentemente, serviços públicos de qualidade. Cidades com qualidade de vida não são construídas do dia para a noite. São resultado de um longo e sistemático processo de planejamento

urbano que precisa ser concebido e sustentado por uma política pública nacional.

As cidades, notadamente as grandes áreas metropolitanas, têm vantagens competitivas relativas no cenário de uma ordem internacional de extrema competitividade. Assim é necessário superar o velho paradigma que tais vantagens se limitem ao fornecimento de mão de obra barata e infraestrutura urbana. As megacidades e suas enervações econômica, social, cultura e tecnológica com o entorno geram uma intensificação de relações que propicia, por sua vez, uma verdadeira redução de custos e aumento da efetividade econômica.

As políticas urbanas das últimas décadas caracterizam-se por ter organizado nossas cidades de forma excludente, bloqueando o acesso das populações carentes às áreas mais bem servidas por serviços.

Vivemos um ambiente urbano de pobreza relacional, com abandono dos espaços e dos equipamentos públicos, aumento dos conflitos e desinteresse pela coisa pública.

Desde a década de 1980, o Brasil se consolidou como um país urbano e metropolitano. Porém, grande parte das cidades brasileiras enfrenta problemas relativos à urbanização desordenada, como, por exemplo, a crescente poluição, saneamento precário, déficit habitacional, congestionamentos irritantes, acidentes de trânsito, baixa qualidade e eficácia dos transportes públicos, segregação espacial, violência, entre outros.

Um novo urbanismo pode contribuir verdadeiramente também para reduzir a violência. A criação de cidades sustentáveis e seguras demanda mudar estruturalmente o entendimento e a forma das políticas urbanas. Os novos modelos de desenvolvimento devem ser inclusivos e ter foco na sustentabilidade, abandonando a lógica voltada unicamente à expansão dos negócios, à especulação imobiliária e à distribuição espacial das pessoas pela renda. Devem refletir um novo pacto, que dê prioridade à qualidade de vida.

O pacto pela vida começa com uma consistente política habitacional que combata os guetos de pobreza com moradias

sustentáveis, em bairros com infraestrutura.

Ainda persiste um significativo déficit habitacional no Brasil, concentrado na população urbana de baixa renda. Faltam mais de cinco milhões de moradias no país para essas pessoas. É urgente zerar esse déficit habitacional, assegurando subsídios e condições de financiamento adequadas para as famílias de baixa renda.

Uma boa política habitacional não se esgota na construção e financiamento de moradias. Elas precisam estar em bairros com infraestrutura, ou corre-se o risco de criar territórios segregados, de péssima qualidade urbanística e marcados por problemas sociais como tráfico de drogas e violência doméstica, entre outros males conhecidos dos guetos de pobreza.

A ação estatal deve condicionar os subsídios e os financiamentos à qualidade dos projetos, a fim de que os conjuntos habitacionais sejam desenvolvidos em locais mais adequados e envolvam a implementação de serviços de educação, saúde, segurança, esportes, cultura e transportes.

A política habitacional deve priorizar as camadas de menor renda a partir de alternativas diversificadas de acesso à moradia que viabilizem o financiamento pelo Sistema de Financiamento Habitacional (SFH) para famílias que requerem uma condição especial, com subsídios diretos sempre que necessário. Outra ação deve ser a potencialização do microcrédito combinado com assistência técnica para melhorias habitacionais. A questão urbana também passa pela regularização fundiária, em que a União deve atuar juntamente com os estados e os municípios.

É inconcebível que, no século 21, inúmeras doenças e mortes por diarreia, entre outros males decorrentes da falta de saneamento, ainda afetem a população brasileira. No Brasil, 40 milhões de habitantes (21% da população total) ainda não têm acesso à rede de água tratada e quase 119 milhões (62%) vivem em locais sem rede de esgoto. Em vastas regiões do país, como o Semiárido nordestino, o acesso à água é intermitente e de baixa qualidade, com elevados índices de salinização da pouca água disponível.

Além de insuficiente, a rede de serviços de saneamento básico no Brasil é mal distribuída. Na Região Norte, por exemplo, mais defasada do país, apenas 8% dos municípios têm acesso à água e ao correto manejo de resíduos sólidos, 2% têm esgotamento sanitário, e 7% contam com manejo de águas pluviais.

Apesar de a legislação brasileira prever que todos os municípios tenham seus próprios planos municipais de saneamento, a maioria não conta com técnicos capacitados para fazer essa gestão nem têm recursos financeiros para tanto.

Outro problema crucial nas cidades brasileiras é a falta de mobilidade. Usuários do sistema coletivo sofrem com a superlotação, com a falta de alternativas e – juntamente com detentores de veículos individuais – com o trânsito e a perda diária de tempo, saúde e produtividade.

A qualidade do transporte público urbano é baixa e o nível de tarifa bastante elevado, no geral, tendo impacto direto sobre a renda e a mobilidade dos mais pobres e também dos jovens e estudantes. É um desafio melhorar os meios de transporte e reduzir o preço das passagens.

A crise dos transportes está ligada ao modelo de desenvolvimento não planejado das cidades. De um lado, os Centros e seus entornos, com grande presença do Estado. E, de outro, as periferias distantes e apartadas dessa dinâmica urbana, mal providas de serviços públicos e de dinamismo econômico. Esse crescimento desordenado gera movimentos pendulares diários de pessoas, que se deslocam para trabalhar e voltar para casa.

Melhorar a qualidade de vida em nossas cidades requer que unamos os poderes públicos, as organizações da sociedade civil e o setor privado para atuar conjuntamente a fim de reorientar profundamente as políticas de transporte. É preciso integrar e articular as cidades, facilitando o acesso aos equipamentos sociais, como os destinados à saúde, cultura, esporte e lazer, bem como estimular o uso dos transportes públicos e não motorizados por meio de oferta de vantagens para que os proprietários de veículos

privados substituam viagens individuais por coletivas ou optem por meios não motorizados.

O governo federal precisa liderar um pacto federativo com municípios e estados a fim de melhorar a gestão dos sistemas de mobilidade, prover investimentos na infraestrutura de transporte público e não motorizado, financiar a operação do transporte para reduzir o preço das passagens e conceder benefícios a grupos específicos, como estudantes de baixa renda.

O financiamento e a qualificação dos municípios para a elaboração e implementação dos planos diretores de mobilidade urbana exigem a capacitação dos agentes públicos nos processos de contratação, licitação e acesso aos programas federais. Qualquer benefício que a União oferecer, porém, deve prever contrapartidas em termos de melhoria da gestão ou redução dos custos dos serviços e, conseqüentemente, do barateamento das tarifas.

Na busca de soluções para mobilidade, devemos ainda dialogar com a indústria automobilística, pois ela fabrica os veículos de transporte coletivo e deve adaptar seus investimentos às exigências de nossos tempos.

O planejamento urbano é importante também para prover segurança. As cidades brasileiras cresceram sem planejamento e de forma pouco democrática, criando um cenário indutor de violência, já que marcado pela exclusão e agravado pelas carências educacionais. O modelo segregador existente no país aponta para a necessidade de forte intervenção nas periferias, a fim de reduzir a exposição das pessoas à violência e ao crime.

As estratégias de prevenção devem ser articuladas com estratégias de coerção qualificada. A repressão qualificada, com foco em informação, tecnologia, inteligência e gestão, é prerrogativa do Estado na proteção aos cidadãos.

Para melhorar a segurança pública é preciso que a União assuma responsabilidades numa Política Nacional de Segurança Pública, viabilizando a integração com os demais entes federados e a articulação dos diversos órgãos do sistema entre si e com as organizações da sociedade civil. Para implementar essa política, é

preciso articular a visão da segurança pública com a dos direitos humanos e da cultura da paz; a da prevenção com a coerção qualificada; e a da gestão focada em resultados com o envolvimento da comunidade.

É preciso construir um Pacto Federativo na Área de Segurança Pública, estabelecendo de forma clara as competências da União, estados e municípios, definindo fluxos de recursos da primeira para os dois últimos. Esse pacto pode ser organizado em três eixos: política nacional de redução de homicídios; política criminal e prisional de âmbito nacional; e cultura de paz e valorização da vida.

A participação da sociedade, buscando se informar e influir nas decisões que impactem o ordenamento urbano, será fundamental para evitar desperdícios com projetos mal formulados e ajudar o poder público a encontrar soluções criativas, de baixo custo e sustentáveis na acepção mais ampla da palavra.

A agenda das cidades brasileiras passa, portanto, por recuperar o atraso no provimento dos serviços públicos urbanos – saneamento ambiental, habitação, transporte, gestão de recursos hídricos, segurança pública, entres outros. O espaço urbano deve propiciar um novo conjunto de possibilidades econômicas, com base em sua capacidade de gerar relações, articular segmentos econômicos, saberes e competências tecnológicas.

3. Políticas econômicas para um crescimento e desenvolvimento, sem retrocessos e pela igualdade

3.1 Economia: Política Fiscal, Política monetária e Política Cambial

O desenvolvimento resulta de um longo processo de crescimento econômico, com aumento persistente da produtividade do trabalho, diversificação da estrutura produtiva e busca de maiores níveis de justiça social. Pressupõe mutações e descontinuidades que não podem ser produzidas somente pelas trocas mercantis.

O mercado é necessário para otimizar o funcionamento do sistema econômico, mas é incapaz de alterar a composição e a distribuição dos estoques de riqueza. Além disso, só impulsiona as atividades produtivas que geram rentabilidade para o setor privado. Inúmeros bens e serviços essenciais permanecem subofertados, pois os portadores dessas necessidades não têm renda monetária suficiente. Especialmente nos países retardatários, o desenvolvimento exige inúmeras decisões, complementares entre si, que não podem ser tomadas de forma atomizada.

É necessário contar com mecanismos de coordenação supramercado que garantam a prevalência de uma visão de conjunto e de longo prazo. Isso não se confunde com a estatização da economia. Para conduzir reformas estruturais, controlar as variáveis macroeconômicas decisivas, prover bens e serviços coletivos, explorar ou regulamentar a exploração de serviços de natureza monopolista, induzir distribuição de renda e riqueza, estruturar ou apoiar conglomerados estratégicos, estabelecer a forma de uso dos recursos não renováveis, proteger o meio

ambiente, promover o progresso científico e tecnológico, regular o intercâmbio com o exterior e defender a soberania, o Estado não precisa nem deve controlar diretamente a maior parte da base produtiva do país. A sociedade deve combinar diferentes mecanismos de alocação de recursos, entre os quais o planejamento e o mercado, na forma de uma economia mista.

Diversos tipos de propriedade e de organização da produção devem existir de forma equilibrada, inclusive as propriedades estatais, pública não estatal e privada, com generosos espaços para os empreendimentos de porte pequeno e médio, as cooperativas e todas as expressões da economia solidária.

As mais importantes escolas de economia são aquelas que se esforçam para combinar o impulso à acumulação de capital, de um lado, e os interesses gerais da sociedade, de outro. Ambos não são incompatíveis, mas tampouco são necessariamente harmônicos. A compatibilização é uma construção institucional, condição *sine qua non* para um desenvolvimento sustentável.

Isso se choca com o ponto de vista liberal, que tem predominado na luta ideológica das últimas décadas. Segundo essa visão, o mercado deve ser soberano. Ele é visto como o espaço de interação de incontáveis agentes, sem que nenhum possa, sozinho ou em grupo, controlar os processos de troca a ponto de impor os seus próprios fins aos demais. O Estado só deve agir para preservar certas condições macroeconômicas que permitam o mercado operar. Fora do âmbito de cada empresa, essa escola de pensamento é hostil a qualquer ideia de metas, pois a busca de metas democraticamente definidas exige uma intervenção consciente nos processos econômicos e sociais, em nome de um futuro pensado, desejado, imaginado, concertado, e não produzido pela supostamente “cega” interação mercantil.

Os liberais apresentam-se como representantes da modernidade e do futuro, mas sua própria doutrina não lhes permite especificar a qual futuro se referem. A alocação de recursos será ótima, eles dizem, se for produzida pelo livre jogo das forças de mercado, simplesmente porque esse jogo produz uma alocação qualquer, desconhecida, considerada ótima por

critérios internos à própria teoria que o glorifica. Se essa alocação denominada ótima produzirá bem-estar, não se sabe.

Se a imagem do futuro que se deseja atingir permanece indefinida, inexistem pontos de referência que permitam uma avaliação rigorosa dos processos reais. Perante qualquer dificuldade, o pensamento liberal aciona uma saída de emergência, com a incessante repetição de que é preciso esperar mais e insistir mais, dobrando a aposta, pois – eis aí o verdadeiro problema – “o modelo ainda não foi completamente implantado”. Sendo o livre-mercado apenas um tipo ideal, incapaz de organizar efetivamente o conjunto da vida social, então, por definição, a implantação do modelo liberal está sempre incompleta.

Cria-se um discurso que, como os demais discursos ideológicos, externaliza suas dificuldades. Não depende do confronto com uma realidade que lhe seja exterior, já que abriga em si condições suficientes para legitimar-se em qualquer circunstância. Paradoxalmente, os fracassos o fortalecem, pois ele sempre pode acionar sua fuga para frente: “Isso e aquilo estão atrapalhando o mercado”. O argumento pode ser repetido *ad infinitum*, pois sempre haverá inúmeras instituições e práticas, formais e informais, que “atrapalham” o mercado. Como a vida social não pode ser reduzida a operações de compra e venda, qualquer sociedade transcende muito o mercado, qualquer uma contém, reproduz e recria inúmeras instâncias não mercantis. Elas existirão sempre e serão sempre as culpadas.

As deficiências do projeto liberal conduzem seus defensores à inevitável conclusão de que é preciso aprofundar esse mesmo projeto. A incapacidade de realizar-se é, ao mesmo tempo, uma fraqueza do modelo, no plano da realidade, e uma fonte do seu vigor, no plano da ideologia.

O tripé macroeconômico brasileiro tem sido sustentado, desde da implantação do plano real, pela combinação de política monetária de elevada taxa de juros, de política cambial de liberação da taxa de câmbio e livre circulação de entrada e saída de divisas no país e de uma política fiscal restritiva. Ainda que tenha se logrado êxito no controle de inflação, esse arranjo

macroeconômico não tem conseguido garantir a retomada do crescimento econômico. Além ser baseado em políticas macroeconômicas extremamente benéficas ao setor financeiro da economia em detrimento do setor produtivo.

A engenharia macroeconômica que assegurou o relativo controle da inflação passou pela elevação do endividamento público, que assegurou a transferência de renda do setor real da economia para os detentores de excedentes financeiros, particularmente a uma classe de rentistas que vivem da especulação financeira com títulos da dívida pública brasileira.

A dívida pública acaba acarretando, em última instância, em compromissos de pagamentos de juros com recursos do orçamento público. A dívida externa pode ser privada, mas quem paga é o cidadão brasileiro por meio de impostos cobrados pelo Estado e pelo aumento da taxa de juros. Os impactos sempre recaem sobre a maioria dos trabalhadores.

As escolhas de políticas econômicas vêm tendo efeitos deletérios sobre as políticas sociais e não têm levado o país a níveis de crescimento econômico. A economia brasileira patina há mais de duas décadas sem apresentar crescimento sustentável, prevalecendo o fenômeno *stop and go*. Um governo socialista não pode governar sob auspícios de políticas macroeconomias neoliberais.

O câmbio sobrevalorizado, associado a elevadas taxas de juros e a uma abertura econômica mal concebida, que são características inerentes ao modelo econômico neoliberal, impulsionaram a desindustrialização da economia brasileira. Contudo, deve ser também considerado o contexto estrutural da economia internacional e sua guinada da globalização em curso desde meados dos anos 1970.

A conquista de vantagens sólidas nas relações de intercâmbios na economia internacional baseia-se no controle de posições que dão acesso a uma maior parte do excedente produzido no sistema-mundo. Para estar na vanguarda, o Brasil precisa estruturar sua economia em torno de atividades que gerem um ganho diferenciado, acima da média, sendo intensiva em

conhecimento. A marca da ciência e da tecnologia é determinante na era do conhecimento e para garantir ganhos de produtividades em um cenário de globalização competitiva.

As atividades econômicas se alteram no tempo. A conquista e a manutenção de uma atividade de vanguarda não estão mais ligadas, no longo prazo, ao controle de um setor econômico, a uma técnica ou a uma mercadoria específica. A forte dependência de um setor de algumas mercadorias não é a garantia de ganhos diferenciados na nova economia. Pois, o que garante ganho diferenciado hoje pode rapidamente deixar de existir no amanhã.

3.2 Política Tributária e Justiça Fiscal

Nos últimos anos, uma das principais vigas da sustentação macroeconômica tem sido a política fiscal, que no lado das receitas governamentais promoveu uma forte isenção dos impostos dos mais ricos e aumentou a regressividade do sistema tributário; e, no lado das despesas, viabilizou a realização de sucessivos superávits primários, como sinalizador de economia de recursos orçamentários para pagamento de juros da dívida pública.

A viabilidade dessa política foi obtida, no lado das receitas, por meio do aumento da arrecadação de impostos, via modificações na legislação infraconstitucional, tributando fortemente a classe trabalhadora via tributos diretos e indiretos de caráter regressivo, que oneraram proporcionalmente mais a renda dos mais pobres. Paralelamente, um conjunto de medidas foram tomadas para desonerar os mais ricos, como por exemplo, a isenção de imposto de renda sobre lucros e dividendos distribuídos para sócios capitalistas.

No lado das despesas públicas, em que pese o aumento dos gastos sociais, fruto da conquista da CF de 1988, o Brasil vem praticando elevada economia de recursos para pagar juros da dívida, na forma de superávit primário. Ao menos 1/3 do

orçamento público, historicamente, é comprometido com a transferência de renda para os rentistas do sistema financeiro. Uma das mais elevadas despesas com juros nominais no mundo, o que vem implicando na necessidade da rolagem da dívida pública. Os juros nominais que já alcançaram o patamar de 9% precisam ser trazidos a taxas compatíveis para viabilizar o crescimento da economia brasileira.

Além disso, o sistema tributário é extremamente regressivo; mesmo no caso dos impostos diretos, operam no sentido de concentrar renda e patrimônio no Brasil. Com base nas informações da Receita Federal, divulgadas na base de dados “Grandes Números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas”, é possível analisar a concentração do patrimônio a partir das informações de bens e direitos dos declarantes. Do montante de R\$ 5,8 trilhões de bens e direitos declarados à Receita Federal, em 2013, 41,56% eram de propriedade de apenas 726.725 pessoas. Esses indivíduos têm rendimentos acima de 40 salários mínimos e são, praticamente, isentos de imposto de renda e impostos sobre patrimônio. Os dados revelam uma brutal concentração de riqueza em apenas 0,36% da população brasileira, correspondendo a 45,54% do PIB do Brasil em 2014.

Os declarantes hiper-ricos com rendimentos acima de 160 salários-mínimos anuais (R\$ 1,3 milhão/ano) representavam 0,27% das declarações entregues em 2013, ou seja, 71.440 declarantes. Os 71.440 declarantes hiper-ricos se apropriaram de 13,97% dos rendimentos e praticamente não possuíam rendimentos tributáveis, pois 65,80% de sua renda tinha origem em rendimentos isentos e não tributáveis, advindas do recebimento de lucros e dividendos. Se levar para a tabela do IR, é possível uma arrecadação superior a R\$ 50 bilhões.

Um bom caminho seria a reforma tributária progressiva, que onerasse o andar de cima da sociedade brasileira e levasse o sistema tributário a se concretar em tributos sobre patrimônio e renda. E também com impostos que incidissem sobre a especulação financeira e novos produtos financeiros. A economia se deslocou para a esfera financeira, mas o sistema tributário não

acompanhou.

O Estado tem a obrigação de intervir para remover as injustiças sociais, sendo que o sistema tributário é um instrumento determinante para reduzir as desigualdades sociais. A igualdade e a justiça são as bases para a justiça fiscal, que é componente da justiça social. Assim, a quantidade com que cada indivíduo vai contribuir para as despesas do Estado deve alcançar todos os cidadãos que se acham na mesma situação jurídica, sem privilégios de indivíduos ou classes sociais.

Pelo princípio da capacidade contributiva, temos de graduar os tributos de acordo com a riqueza de cada contribuinte, de modo que os ricos paguem mais, e os pobres, menos. Somente existe capacidade contributiva após a dedução dos gastos necessários à aquisição do mínimo indispensável a uma existência digna para o contribuinte e sua família.

Os bens e produtos devem ser tributados de forma seletiva em função de sua essencialidade, taxando-se mais os bens supérfluos e menos os produtos essenciais à vida. Também a opção pela tributação preferencialmente direta visa a observar a capacidade contributiva individual e a transparência. Por meio de medidas infraconstitucionais, devem ser isentos de tributos todos os produtos que compõem a cesta básica e os gêneros de primeiras necessidades.

A tributação precisa também ser progressiva para reduzir a concentração de renda. Não basta a proporcionalidade, na qual a tributação é de forma linear. O nosso país carece da progressividade: taxar com alíquotas maiores e crescentes as rendas maiores. Já a simples proporcionalidade mantém constante uma mesma alíquota para bases diferentes e crescentes, podendo até ser adequada para países de relativa uniformidade na distribuição da renda e poucas desigualdades sociais.

O preceito da universalidade requer a tributação de todos os rendimentos de um contribuinte, independentemente do local de sua produção – se no país ou no exterior. Não tributar os rendimentos auferidos no exterior, especialmente em paraísos fiscais, significaria dar tratamento privilegiado. A legislação atual

não submete à tabela progressiva do IR os rendimentos de capital, que são tributados com alíquotas inferiores às dos demais rendimentos.

Neste sentido, é necessário revogar algumas das alterações realizadas na legislação tributária infraconstitucional, após 1996, que sepultaram a isonomia tributária no Brasil, com o favorecimento da renda do capital em detrimento da renda do trabalho. Dentre essas mudanças destacam-se: o fim da possibilidade de remunerar com juros o capital próprio das empresas, reduzindo-lhes o Imposto de Renda e a Contribuição Social do Lucro Líquido; o fim da isenção de IR à distribuição dos lucros e dividendos na remessa de lucros e dividendos ao exterior e nas aplicações financeiras de investidores estrangeiros no Brasil.

Também é necessário reorientar a tributação para que ela incida prioritariamente sobre o patrimônio e a renda dos contribuintes. O pilar do sistema tributário deve ser o Imposto de Renda, pois é o mais importante dos impostos diretos, capaz de garantir o caráter pessoal e a graduação de acordo com a capacidade econômica do contribuinte. Por meio do Imposto de Renda será possível inverter a regressividade da estrutura tributária brasileira, pois é o imposto mais progressivo. O Imposto de Renda é um instrumento fundamental para a redistribuição da renda, garantindo a justiça fiscal. Por intermédio dele será possível aplicar a máxima de que “igualdade é tratar desigualmente os desiguais” no ordenamento tributário do país.

A implementação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto na Constituição e não regulamentado até hoje, pode ser uma oportunidade para a prática da justiça tributária, aplicando corretamente o princípio constitucional da capacidade contributiva, onerando o patrimônio dos mais ricos no país. De forma complementar ao IGF, deve ser introduzida a progressividade no Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), adotando-se, a exemplo do IR, uma faixa de isenção e uma tabela progressiva de contribuição, conforme o valor do bem doado ou transmitido.

Outra forma de avançar na justiça fiscal para reduzir as

desigualdades sociais é ampliar a tributação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, que possui baixa progressividade e não incide sobre a propriedade de embarcações e aeronaves particulares. Para corrigir essa distorção, bastaria que fosse inserida na Constituição uma previsão de incidência do tributo sobre veículos automotores marítimos e aéreos. Num país como o Brasil, com notórias distorções de renda, é uma afronta que proprietários de veículos suntuosos, como jatos, helicópteros, iates e lanchas, sejam isentos de imposto sobre a propriedade desses bens. Assim como o IPVA, o sistema tributário deve possuir uma progressividade que reflita a disparidade de renda e de disponibilidade financeira entre o proprietário de um veículo de alto luxo e o proprietário de um veículo popular.

Destaca-se que o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) tem potencial para ser um imposto moderno, que tributa fortemente as transações financeiras e, portanto, os ativos financeiros dos detentores de maior renda e patrimônio no país. O IOF precisa ter sua base de tributação ampliada, de forma que incida com alíquotas progressivas sobre todos os produtos financeiros, sobretudo aqueles que servem à especulação financeira. Além disso, deve ser garantida a isenção do IOF em operações de créditos de baixo valor.

Todas essas mudanças requerem o fortalecimento da administração tributária no Brasil, que é a responsável pela arrecadação de tributos e pelo combate à fraude, à sonegação e à evasão fiscal, o que passaria por medidas administrativas, políticas e legislativas para o aperfeiçoamento da execução fiscal no país. Esse fortalecimento aumentaria a disponibilidade de recursos públicos para a execução de políticas sociais garantidoras de direitos. Além disso, o governo brasileiro deve constranger empresas que utilizam paraísos fiscais e outras jurisdições secretas com o objetivo de evitar o pagamento de tributos.

3.3 Combater as Desigualdades Regionais: Amazônia e Nordeste

O combate às desigualdades sociais regionais no Brasil passa pelo fortalecimento dos municípios e por uma prática de governo socialista que intensifique o desenvolvimento regional de forma equilibrada.

A União e os estados têm responsabilidades na garantia de transferências de recursos em patamar suficiente que garanta de forma adequada a execução das políticas sociais descentralizadas (educação, saúde e assistência social). Além disso, um governo socialista deve realizar parcerias, programas e projetos inovadores com os entes subnacionais. Programas e projetos que fortaleçam e imprimam maior eficiência à gestão municipal, que produzam um salto de qualidade na vida das pessoas e das comunidades.

Historicamente, os socialistas se alinham às correntes de pensamento que compreendem que as desigualdades regionais comprometem o desenvolvimento do Brasil, como já destacado na obra de Celso Furtado e no pensamento social e político de Miguel Arraes.

Há indicadores históricos no Brasil que mostram as desigualdades sociais regionais, que apontam claramente para diferenciações de renda entre as regiões sul e sudeste e o restante do país. A última PNAD de 2015 revela que, enquanto nas regiões Norte e Nordeste as pessoas residentes em domicílios com renda mensal per capita (2014) de até um salário-mínimo representavam 69,8% e 74,7%, respectivamente, na região Sudeste esta proporção decrescia para 43,5%, e no Sul para 38,3%.

Este Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional considera a necessidade de que, no âmbito do Estado nacional, seja realizado um planejamento mais consistente e efetivo de desenvolvimento regional para trazer mais dinamismo econômico às distintas regiões do território nacional, e as integre do ponto vista logístico em suas matrizes produtivas.

As temáticas do desenvolvimento industrial e logístico, a ampliação da infraestrutura aeroportuária e de telecomunicações,

a formação de recursos humanos, os investimentos em ciências, tecnologia e inovação devem ser articulados a partir de uma perspectiva regional.

Um dos desafios para enfrentar as desigualdades regionais é realizar o planejamento de longo prazo, valorizando a diversidade regional e potencializando suas vocações. O olhar sobre o território traz nova perspectiva à função de planejar, pois não se trata mais de decidir apenas sobre a alocação dos recursos já existentes. Faz-se necessário compatibilizar estratégias e prioridades no nível nacional com os objetivos, expectativas e potencialidades regionais e locais. Isso implica em aproximar a oferta das políticas públicas das demandas territorialmente definidas. É promover o território ao sujeito na definição da ação do Estado, considerando suas especificidades na elaboração das políticas públicas.

Há necessidade de se estabelecer uma relação harmoniosa entre os entes federados, estimulando a articulação federativa e a participação social no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, de forma a: promover a redistribuição de renda e oportunidades entre as diferentes regiões; fortalecer e aproveitar as potencialidades locais; orientar a localização de novos investimentos; e valorizar a diversidade ambiental e cultural do país, associando o desenvolvimento produtivo a um meio ambiente equilibrado e saudável, pelo uso adequado dos recursos naturais.

A sustentabilidade do desenvolvimento impõe que os avanços socioeconômicos sejam complementados, ao invés de se oporem, pela preservação e pelo uso sustentável do meio ambiente. Para que isso de fato ocorra é preciso desenvolver e aplicar tecnologias que otimizem o uso do solo, dos recursos minerais, das florestas e dos recursos hídricos, ao mesmo tempo em que se buscam formas soberanas e socialmente inclusivas para lidar com o aumento dos impactos associados às mudanças climáticas e das tensões nacionais e internacionais pelo uso e conservação de recursos naturais.

As especificidades regionais são fundamentais para o

desenvolvimento integrado do Brasil. Na região Norte, a cobertura vegetal encontra-se preservada na maior parte, mas a organização da base produtiva regional segue em busca de formas inovadoras de lidar com questões como a gestão da água, a exploração da madeira, o uso da biodiversidade, a produção de alimentos e os modais de integração física condizentes com a natureza da região. O trato da questão fundiária e a definição de regras claras para regular as atividades produtivas e a propriedade rural e urbana estão entre os maiores problemas a serem enfrentados, assim como a estruturação de um sistema urbano mais integrado, que favoreça a consolidação de novos polos de desenvolvimento e seja capaz de distribuir de maneira mais equilibrada a oferta de serviços básicos à população.

Até o final de 2013, segundo dados do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), já haviam sido desmatados em torno de 762,9 mil quilômetros quadrados de florestas – isso equivale a 107 milhões, 461 mil, 830 campos de futebol. Ou ainda: quase de 20% (um quinto) da floresta amazônica original.

Esta é uma imagem que espelha, com vertical profundidade, a questão sobre desenvolvimento regional e a redução das desigualdades no país. Não dá para tratar do tema sem refletir sobre o “modelo” de desenvolvimento historicamente adotado para as duas regiões mais desiguais e pobres do país: Amazônia e Nordeste.

As raízes desse “modelo de desenvolvimento” amazônico remontam aos anos 1967 a 1973, em plena ditadura militar, quando do chamado “milagre brasileiro” – crescimento do PIB de 4,2% a 14% ao ano, com uma inflação anual em torno de 15%. Neste período, o governo federal executava o primeiro grande plano de ocupação e desenvolvimento da Amazônia denominado de “integrar para não entregar”, embalado em propaganda supostamente nacionalista.

Tal “modelo” reproduziu, ao longo dos últimos 50 anos, a dualidade entre dois polos: os setores pobres “atrasados” versus os grupos capitalizados/ricos “modernos”. A característica desse modelo de “ocupação” não sustentável pode ser descrita desde

1966: empresários, fazendeiros, mineradoras e madeireiras eram beneficiados por subsídios federais, através de projetos lastreados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Banco da Amazônia (Basa) e privilégios (desonerações tributárias e oferta de terras devolutas) concedidos pelo Estado – tanto no âmbito federal quanto ao nível dos municípios e unidades da federação.

Entre os anos de 1966 a 1985, o governo federal implantou um setor dinâmico e rico, produtor de commodities – vegetais e minerais, basicamente. Para os setores “modernos”, o Estado (via governo federal) provia hidrelétricas, portos, aeroportos, estradas, ferrovias, infraestrutura urbana etc. oferecendo a região amazônica como “fronteira de expansão e acumulação do capital”. O tal “progresso”, sempre alardeado na propaganda oficial e no discurso de empresários e oligarquias locais, chegava exclusivamente para grupos de elite da sociedade. Aos povos da floresta eram oferecidas as sobras do “banquete” e um legado de destruição ambiental, miséria social, desestruturação de cadeias produtivas locais de pequena escala, genocídios de dezenas de nações indígenas – entre outras mazelas.

Outro fato que agudiza as desigualdades sociais na Amazônia é a bomba demográfica: entre os anos 1975 e 1994, anos de “crise” após o “milagre econômico”, o crescimento populacional dos estados da região Norte (Amapá, Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins) explodiu passando de 640%. Saiu de 2,5 milhões, em 1960, para quase 16 milhões de habitantes, em 2010.

Os pesquisadores da UFPA e INPA convergem quanto aos fatores mais relevantes que ameaçam a sustentabilidade ambiental e social da região amazônica: a) impacto da pecuária e commodities vegetais – o mais grave comprometimento ambiental da região vem do caráter destrutivo implícito da pecuária extensiva, extração madeireira e nas commodities vegetais (soja, palma, dendê e outras); b) a construção dos enclaves econômicos produtores de commodities minerais (ferro bruto, cobre, alumina calcinada, alumínio, ferro-níquel, bauxita, caulim, manganês etc.);

c) energia, a mais nova commodity – tendo em vista a implantação do parque minerador e siderúrgico regional (além de fornecer energia para o restante do país).

Só para se ter uma ideia do impacto da pecuária extensiva praticada na região, o Brasil tem cerca de 200 milhões de hectares de pastos, 70 milhões dos quais na Amazônia. Quase todo esse total está em áreas originalmente cobertas por florestas, embora a região possua abundantes pastos naturais em terra firme e em solos de várzea, onde, no passado, praticava-se a pecuária.

Quando se pensa, por exemplo, no fator produção de energia, temos um caso paradigmático. Trata-se da hidrelétrica de Tucuruí, que produz 11 milhões de MW de potência e é a quarta maior do mundo. Da energia gerada em Tucuruí, 1/3 vai para as mineradoras e siderúrgicas regionais, com preço subsidiado; 1/3 é distribuído para o Centro-Sul; o restante (1/3) é vendido aos moradores da região a preços elevados, fixados para cobrir os subsídios concedidos aos capitalistas dos enclaves econômicos (mineradoras e siderúrgicas).

Um dado que desnuda plenamente o fracasso desse “modelo” de desenvolvimento regional, aplicado historicamente à Amazônia: 43 dos 56 municípios com o pior Índice de Desenvolvimento Humano mensurado pelo PNUD/IPEA (2012). Até aqui, tal “modelo” serviu tão somente para reproduzir a pobreza, em escala de milhões de habitantes, e verticalizar as desigualdades. Os dados do IBGE (2013) são mais contundentes ainda: 29% das famílias da região Norte recebiam até ½ salário mínimo (SM); outras 30% das famílias recebiam entre ½ a 1 SM; 22% das famílias tinham renda entre 1 e 2 SM; e apenas 14% das famílias recebiam acima de 2 SM.

Uma fotografia dessa devastação social é a Região Metropolitana de Belém, a maior concentração urbana da região amazônica. De acordo com os dados do IBGE (Censo, 2010), 52% da população vivia em “aglomerados subnormais” ou simplesmente “favelas”. Naquele momento, 1,1 milhão de moradores da capital do Pará viviam em favelas, em uma população total de 2 milhões.

Outra questão que pretendemos aprofundar é a complexa problemática que envolve os povos da floresta e as populações indígenas, duramente atingidos pela instalação dos megaprojetos hidrelétricos. É o caso das 42 barragens planejadas ou já em construção na Bacia do Tapajós, que impacta um ecossistema biológico e culturalmente rico. Alimentado por afluentes do Mato Grosso, Rondônia e Amazonas, o rio Tapajós compõe uma bacia de 492 mil quilômetros quadrados e tem mais que o dobro do tamanho do Reino Unido. Trata-se, em última análise, de uma tragédia ambiental e humana anunciada: as comunidades ribeirinhas e povos da floresta se mobilizam para exigir uma consulta livre, prévia e informada a respeito de barragens no rio Tapajós (como prevê a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, OIT). Nações indígenas e comunidades ribeirinhas defendem o cancelamento definitivo do complexo hidrelétrico do Tapajós, apostando em alternativas de geração de energia de pequeno porte, com baixo impacto ambiental e humano para a região.

Em última análise, a instalação dos enclaves econômicos (mineradoras e siderúrgicas) trouxeram morte, devastação ambiental, doenças e toda sorte de infortúnios a 23 nações indígenas cujas terras extensas atravessam partes dos estados do Pará, Maranhão e norte de Goiás.

Do ponto de vista mais geral, pensando estrategicamente o desenvolvimento regional, é imperioso destacar a necessidade de se fazer reforma agrária em todas as regiões do Brasil. A adoção de uma política pública que respeite as características regionais reveste-se de importância capital para a redução das desigualdades regionais. Costuma ser vista como resposta a uma questão social: de um lado, atenuar uma injustiça distributiva flagrante; de outro, afastar do horizonte a ameaça à estabilidade institucional decorrente dos violentos conflitos pela posse da terra. Em última instância, implícito na política, inclui-se o objetivo de estancar o êxodo da população rural para os centros urbanos. Os pesquisadores indicam a necessidade premente de se lançar uma força-tarefa federal para solucionar os conflitos fundiários,

assentando imediatamente todas as cerca de 85 mil famílias que seguem à espera de um pedaço de terra para produzir e sobreviver, de modo minimamente digno.

O vetor de desenvolvimento mais importante para a região Norte é a revolução técnico-científica associada à biodiversidade, para valorizar os produtos da floresta e de suas águas. Atividades que valorizem a cultura e o empreendedorismo regional podem abrir espaço para novas fronteiras da inovação social. Para avançar nessa direção, é indispensável a ampliação dos investimentos nas instituições de P&D, universidades, pequenas e médias empresas e o aperfeiçoamento da qualificação profissional dos trabalhadores. A agenda de pesquisa e desenvolvimento segue por avançar em suas interfaces com as cadeias produtivas regionais, tais como a produção de fármacos, de fitoterápicos e cosméticos, de alimentos (açai, cacau etc.) e bebidas regionais, de madeira certificada e industrializada, móveis e outros artefatos, de fibras vegetais etc. Os pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), grupo de estudos que atua em nível de pós-graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA) convergem quanto a um aspecto: a economia na região é tanto mais dinâmica quanto tratada em pequenas escalas, baseada em modelos cooperativados. É assim que se desenvolveu, por exemplo, a cadeia do cacau orgânico, de alta qualidade comercial, produzido na Ilha do Combú, um pequeno arquipélago fluvial a 10 minutos de Belém (PA).

Os pesquisadores do NAEA/UFPA indicam alguns caminhos para um Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento, pensado a partir da Amazônia:

1) Investimento na Produção de Conhecimento: para uma economia focada na diversidade regional e cultural da produção econômica na Amazônia;

2) Atuação Reguladora do Estado: o mercado já está presente, mas não há política pública (presença do Estado) que faça a mediação entre a produção regional, a partir das cooperativas e organizações construídas pelos povos da floresta e populações ribeirinhas (que em geral são objeto de contratos

abusivos e extorsivos como no caso da Natura – Cacau do Combú, uma exceção à regra);

3) Produção em Pequena Escala: apoiada pelo associativismo;

4) Pesca Sustentável: é outra cadeia produtiva a ser explorada, de forma adequada, em pequena escala;

5) Modelo de Sustentabilidade: há um vasto conhecimento acumulado nos institutos de pesquisa, ligados às Universidades Federais do Pará e Amazonas, bem como o Museu Emílio Goeldi (em Belém) sobre a questão de como explorar, economicamente a região, respeitando sua diversidade cultural, o meio ambiente e os povos da floresta. O conceito-chave é a permanência dos povos ribeirinhos, a preservação das riquezas naturais, o respeito aos direitos sociais dos trabalhadores da região e das cidades; em última análise, trata-se do resgate à dignidade dos povos da região (indígenas e nativos);

6) Aglomerados Urbanos: é importante que esse tema seja discutido no documento final (Manaus e Belém, especialmente; mas Macapá, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco);

7) Eventos Culturais: modelo misto entre o financiamento do Estado e o patrocínio. Deveria ser uma política pública de resistência.

3.3.1. Resgatar o Nordeste

Diferentemente da Amazônia, a região Nordeste teve um fluxo de comércio com o exterior desde o começo do século 16. Formou-se um complexo que envolvia a produção de cana-de-açúcar, gado, algodão, cacau e outros produtos de exportação, com núcleos urbanos nos quais vicejavam pequenos negócios. No entanto, a região padecia de um mal similar: o isolamento das outras regiões, especialmente Sul e Sudeste, mais “desenvolvidas”, e acabou tornando-se uma grande massa de mão de obra que iria suprir a necessidade do mercado de trabalho, da Amazônia ao Sudeste.

A imagem icônica do Nordeste – e de suas verticais necessidades sociais e econômicas – tem a ver com a seca de 1877/1879, que vitimou mais de 500 mil nordestinos. O fenômeno climático nordestino, pela sua dimensão humana, tornou-se um problema nacional, tratado já na nascente República (Constituição de 1891, Art. 5º) com a previsão de recursos federais para socorrer a população flagelada, medida que acabou levando à criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909 – que mais tarde seria transformada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945.

Sete anos depois, seria criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 1952), que tinha como objetivo geral e maior ser “um instrumento financeiro especializado, em complemento do atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para a luta contra as secas e para impulsionar o progresso econômico do Nordeste”. Sua principal fonte de recursos era o Fundo (Constitucional) das Secas. Nascido com tripla distinção como banco de Estado – “banco comercial, banco promotor de investimentos e banco assistencial” – o BNB figurou como a nova face da política do governo federal para o Nordeste, no entanto enfrentava resistências na burocracia federal e nas oligarquias locais.

Finalizamos este breve resumo, com uma breve referência ao governo JK (“Os 50 anos em 5”), que contemplou com destaque as discussões sobre o desenvolvimento regional. O fato histórico mais notável foi a criação, a partir do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a coordenação do economista Celso Furtado. Para Furtado, finalmente “o discurso sobre o Nordeste saía do terreno da denúncia de ingratidão e de injustiça com o irmão necessitado para inserir-se no grande debate sobre o desenvolvimento do país”.

As forças políticas que se aglutinavam em torno desse ideal de desenvolvimento do Nordeste sucumbiram, em parte, ao regime imposto pelo golpe militar, em março/abril de 1964. Com governadores nomeados e sem expressão política, os órgãos de

Estado que teriam a incumbência de planejar e executar um plano de desenvolvimento para a Região perdem força, como é o caso da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – extinta em 2001 e transformada em “Agência”, o próprio BNB e o DNOCS, que havia sido extinto em 1999 e foi recriado em 2001, após intensa mobilização de trabalhadores do Órgão e de políticos nordestinos de diversos partidos. Desse conjunto de instituições, restou apenas o Banco do Nordeste como gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), mas sem poder político que lhe garantisse adequada relevância, do ponto de vista do desenvolvimento regional.

Em última análise, o registro que nos cabe fazer, a partir dos anos 1980, com o fim da ditadura militar até esta primeira década do novo milênio, o governo Federal retira-se do planejamento de longo prazo e das políticas públicas de desenvolvimento regional – desde a adoção da tese do “Estado mínimo”, no começo dos anos 1990, no governo Collor de Mello. O que se vê, desde então, é uma tendência inequívoca de fragmentação do que poderia ser um projeto nacional. Outra vez, por vias tortas, a questão do desenvolvimento regional deve ser encarada como uma política estratégica, de Estado, na perspectiva de construção de uma nação.

Nesta perspectiva, entendemos que na região Nordeste o principal vetor de desenvolvimento é a promoção de serviços com alto poder de geração de empregos e renda, com destaque para o turismo e o comércio atacadista. Mas o aproveitamento dos recursos das zonas costeiras precisa ser levado a outro patamar, potencializando a recuperação da navegação de cabotagem e a exploração sustentável de recursos minerais e biológicos marinhos. A ampla socialização do acesso à água e promoção de seu uso sustentável é fundamental em toda a região, com destaque para o Semiárido. A distribuição ampla de ativos estratégicos (como educação, terra, infraestrutura e cultura) aliada à diversificação econômico-produtiva de zonas dedicadas secularmente às monoculturas (açúcar, álcool, cacau, etc.), é o caminho natural para superar a pobreza e as desigualdades sociais

que afetam a região. Para que isso seja possível, é fundamental o adensamento da base científico-tecnológica com reforço ao ensino técnico profissionalizante, cabendo aos institutos de pesquisa nela sediados, e seus centros regionais, papel destacado na promoção da inovação, com ênfase nas demandas da agropecuária e das tecnologias da informação e comunicação.

Na região Centro-Oeste, um dos maiores desafios é consolidar a ocupação agroindustrial, superando os problemas fundiários e ambientais. A expansão da agroindústria de grãos, associada à da pecuária, conforma um grande cinturão de soja/boi no entorno da Floresta Amazônica. A perspectiva de ampliação da área incorporada aos processos agrícolas exigirá dos investimentos em infraestrutura e dos novos padrões de produção maiores cuidados com a preservação e a conservação ambiental. A posição estratégica da região Centro-Oeste, cuja extensa faixa de fronteira coincide com rios navegáveis e populações significativas às suas margens, sugere a necessidade de uma agenda sul-americana de desenvolvimento para o coração do continente, que leve em consideração as vocações agrícolas, minerais e energéticas da região.

As regiões Sul e Sudeste, por sua vez, concentram grande parte da competência técnico-científica nacional, com instituições universitárias, institutos de pesquisa e centros de P&D empresariais de reconhecida qualidade. O núcleo duro da indústria brasileira (mecânica, material elétrico, eletrônico, material de transportes e química) se concentra nas áreas metropolitanas do Sul-Sudeste, criando uma sofisticada teia de relações produtivas. O Brasil depende dessa capacidade em CT&I para se aproximar da fronteira do conhecimento científico mundial e do estado da arte tecnológico dos países centrais. Todavia, as desigualdades no acesso à cidade e aos serviços públicos multiplicam carências diversas em áreas como saúde, educação, saneamento, habitação, mobilidade e segurança pública. Violência, congestionamentos, poluição, alto custo da moradia e a precariedade dos sistemas públicos de saúde e educação reforçam a sensação de caos urbano presente nas metrópoles, o que pode levar a um agravamento da

“fuga de cérebros” para os países centrais. Para a construção de uma rede mais integrada e equilibrada de cidades, faz-se necessário estimular a consolidação de cidades médias e novos núcleos urbanos que possam atuar tanto no reforço de fluxos mais ao interior do território nacional quanto na criação de conexões socio-produtivas e vínculos mais estreitos com os países vizinhos. Um embrião de policentrismo sul-americano, já constituído e apoiado na qualidade da logística existente, cumpre ser consolidado a partir das metrópoles e cidades médias, especialmente as situadas na faixa de fronteira. Da mesma forma, as regiões Sul e Sudeste apresentam posição privilegiada em termos da exploração sustentável dos recursos do mar e dos ambientes costeiros, incluindo a pesca, a exploração mineral, o transporte e o lazer. Para uma exploração sustentável é indispensável o conhecimento dos processos oceânicos e dos recursos marinhos, o que só pode ser atingido com pesquisa científica e tecnológica.

3.4 A Quarta Revolução Industrial e a Nova Economia

A chamada “Quarta Revolução Industrial” foi tema de recente edição do Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça. Especialistas convergem para o entendimento de que sua característica principal é a fusão de tecnologias, criando uma zona cinza entre as dimensões físicas, digitais e biológicas da realidade. É a hora e a vez da inteligência artificial, da robótica, da impressão em 3D, dos drones que pulverizam as fronteiras entre público e privado – tornando inócuo o direito à privacidade –, da nanotecnologia, biotecnologia, estocagem de dados em poderosos sistemas de compactação, da energia “limpa”, dos veículos autônomos e novos materiais, enfim da Internet “das coisas” entre outros achados do desenvolvimento científico e tecnológico desta “modernidade líquida”, como a caracteriza o pensador polonês Zygmunt Bauman.

A rigor, o dado que circulou no Fórum Mundial tem como

fonte um relatório do UBS Investment Bank (banco suíço) segundo o qual a Quarta Revolução Industrial está ancorada em duas forças: “A primeira é a automatização extrema nos negócios, governo e vida privada. A segunda, extrema conectividade, aniquila a distância e o tempo como obstáculos à comunicação cada vez mais ampla e mais rápida”.

A questão-chave para que se possa pensar, na perspectiva deste Projeto Brasil, é a compressão cada vez mais intensa e profunda do fator tempo na atividade produtiva de maneira geral. A tendência, no âmbito da Quarta Revolução Industrial, é reduzir à menor dimensão de tempo possível a atividade produtiva e criativa dos seres humanos, gerando um valor cada vez mais relativo de mais-valia em cada setor da economia capitalista. Para os bancários, por exemplo, isso se configura na chamada “agência digital”, operada pelos clientes a partir de um aplicativo dos bancos, via celular; já para os jornalistas profissionais, a tendência é o fim da chamada periodicidade das notícias, desembocando no primado da instantaneidade absoluta, quase em tempo real, tornando-se assim o principal vetor de precarização da profissão – elemento já presente na prática jornalística aqui e alhures.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, em escala global, o impacto da Quarta Revolução Industrial tende a ser devastador: o Fórum de Davos estima uma perda líquida de 5 milhões de empregos até 2020 (a resultante do mais e menos entre a perda de 7,1 milhões de empregos versus a geração de apenas 2,1 milhões nas áreas altamente especializadas e fortemente impactadas pelas tecnologias de ponta).

Em outras palavras, este processo histórico-social em curso (Quarta Revolução) vai alargar mais ainda o fosso entre o Centro, rico e altamente desenvolvido, do planeta e sua imensa periferia. Os pesquisadores Erik Brynjolfsson e Andrew McAfee (MIT Sloan School of Management, EUA), investigando a relação entre produtividade e emprego naquele país após a Segunda Guerra mundial, asseguram que, durante décadas, “os dois indicadores seguiram em linha: os aumentos de produtividade foram seguidos por correspondentes aumentos de emprego”. No

entanto, Brynjolfsson e McAfee lançam um alerta importantíssimo: “A partir de 2000, as duas linhas começam a divergir: a produtividade continua a crescer fortemente, mas o emprego declina. Essa grande dissociação revela que a tecnologia está por trás do notável crescimento da produtividade e do fraco crescimento em postos de trabalho”.

Neste admirável “mundo novo”, inimaginável pelo Big Brother de George Orwell em seu célebre romance “1984”, os atores sociais com o peso do PSB precisam protagonizar, urgentemente, o debate sobre a desconcentração econômica, ou seja, qual o projeto de nação e de sociedade que devemos construir para que a produção das riquezas seja, efetiva e concretamente, bem compartilhada pelos trabalhadores e todos os setores produtivos envolvidos. Retomando os dados do Relatório Oxfam 2017 (em síntese, 1% dos mais ricos detém a riqueza de 99% dos mais de sete bilhões de seres humanos do planeta), como enfim reverter esta tendência do capitalismo pós-industrial de produzir níveis tão elevados de desigualdade social, redução de direitos (como é o caso da Previdência Social), desemprego, fome e miséria – em escala planetária?

Neste cenário, tornam-se fundamentais programas de requalificação permanente dos trabalhadores para manter a empregabilidade em função das mudanças que serão operadas no mundo da produção e com impactos incomensuráveis nos postos de trabalhos. O desemprego estrutural será a regra em vigor na nova forma de organização da produção capitalista. Milhares de homens e mulheres ficarão, permanentemente, fora do mercado de trabalho. Uma das saídas já em debate em vários países europeus e até mesmo nos Estados Unidos trata-se da renda mínima universal a ser paga pelo Estado, financiada por meio dos impostos sobre os mais ricos na sociedade, a todos os habitantes em substituição aos rendimentos do trabalho e que tenha valor mínimo para garantir a sobrevivência.

3.5 Ciência, Tecnologia e Inovação Aumentar a

Competitividade Brasileira

Os principais motores da economia nos países industrializados são a educação, o conhecimento científico e tecnológico, e a inovação nas diferentes dimensões da vida do país. Nesses países, a Educação Básica é universal e de boa qualidade, e grande parcela da população tem possibilidade de acesso ao ensino superior. As melhores universidades disputam os professores e pesquisadores mais qualificados e, em consequência, são disputadas pelos melhores estudantes.

Além de preparar profissionais de nível superior para o mercado de trabalho, formam pesquisadores nos cursos de pós-graduação e realizam atividades de pesquisa. São os conhecimentos gerados nas universidades, nos institutos de pesquisa e nas empresas que propulsionam o desenvolvimento econômico e social desses países e mantêm a competitividade de sua economia.

A formação pós-graduada e a pesquisa científica e tecnológica em tempo integral nas universidades são muito recentes no Brasil, tendo sido implementadas somente a partir da década de 1960. Desde então, nosso sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) – composto por universidades, centros de pesquisa, institutos tecnológicos e agências de fomento federais e estaduais – cresceu e sofisticou-se. Porém, isso ocorreu de maneira desordenada, sem continuidade e sem articulação das políticas públicas, com irregularidade e insuficiência de recursos, resultando em grandes disparidades regionais e pouca inserção no sistema produtivo.

A inovação é alimentada pela criatividade, que compreende a busca de novas maneiras para resolver velhos problemas, a transferência e a aplicação de conhecimentos de um contexto a outro e a postura de aprendizado contínuo. Mas inovar vai além. Em uma universidade, por exemplo, a invenção motivada pela curiosidade dos pesquisadores só se transforma em inovação quando é dirigida a aplicações práticas fora do âmbito acadêmico.

A educação se conecta à inovação de muitas maneiras. Uma

delas é o estímulo à reflexão, à pesquisa e à construção conjunta de conhecimentos. A construção de uma base científica e tecnológica sólida, no médio e longo prazos, depende da qualidade e da extensão da escolarização da população, bem como do dinamismo das universidades.

No sentido inverso, a equação também funciona: a inovação tem papel crucial na escola, na universidade e nos processos de ensino-aprendizagem de forma geral. Ela permite que conteúdos e métodos sejam cada vez mais motivadores e significativos para os alunos e que atinjam um número cada vez maior de pessoas.

A comunidade científica nacional e internacional reconhece que o período de 2003 a 2010, sob o comando do PSB, teve o maior avanço na gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Duas iniciativas se mostraram essenciais para alavancar CT&I no país: a definição de uma política nacional para a área, em 2004, e a implementação do Plano de Ação de CT&I (Pacti), em 2007.

As duas resultaram de amplos debates, tanto no âmbito do próprio governo como deste com entidades representativas, com a participação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).

Esse movimento acabou por gerar aumento dos recursos financeiros federais para o setor, com destaque para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), formado pelos fundos setoriais de C&T, que deixaram de ser contingenciados, alavancando recursos de governos estaduais.

Somados os recursos públicos e os das empresas, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram, em 2010, cerca de 1,2% do Produto Interno Bruto, um recorde histórico, embora ainda bem inferior à média de 3% que prevalece nos países industrializados.

As ações do MCTI sob a gestão do PSB também resultaram em grande avanço no marco legal de CT&I. Leis aprovadas pelo Congresso Nacional e por Assembleias Legislativas, decretos presidenciais e portarias de ministérios, juntamente com a forte articulação entre o governo federal e os governos estaduais,

contribuíram para a consolidação do Sistema Nacional de CT&I.

Aprimorar a governança do sistema é essencial para que a CT&I realmente passe a ter uma política de Estado. É preciso que o governo federal adote medidas para aperfeiçoar a institucionalidade do Sistema Nacional de CT&I, atuando em estreita articulação com os estados, com as entidades representativas da comunidade científica e tecnológica e com as organizações empresariais.

Esse processo requer ampliação dos recursos federais para CT&I, a fim de alavancar recursos dos estados e das empresas, para que a parcela do PIB investida em P&D cresça substancialmente.

É preciso investir mais na formação de mestres e doutores, dando prioridade à concessão de bolsas de estudos nas áreas consideradas mais estratégicas para o país, como, por exemplo, engenharia, oceanografia, biologia marinha e ciências exatas.

Devemos ainda intensificar a pesquisa científica e tecnológica com a ampliação do contingente de pesquisadores e técnicos e com expansão do sistema universitário, dos institutos de pesquisa e dos laboratórios, inclusive os de grande porte.

Torna-se necessário destinar recursos às atividades de cooperação científica internacional e ampliar a interação universidade-empresa-governo, a fim de tornar a inovação um dos motores da economia do país, estimulando os investimentos privados em P&D.

O conjunto das ações na área de CT&I deve ter também o propósito de reverter a tendência à primarização pela qual passa a economia brasileira, recuperando a participação da indústria de transformação no PIB, associando tal movimento ao estímulo à geração de serviços de alto valor agregado e tecnológico.

Para que se alcance tal patamar, ações de CT&I devem ser integradas às rotinas produtivas das empresas, convertendo-se em fatores de aumento de competitividade e produtividade. O que se espera de uma política aplicada a um país como o Brasil é que contribua decisivamente para transformar a indústria em setor competitivo e de alta produtividade.

A CT&I é fundamental para implementar uma política industrial vigorosa, em que se minore o paradigma defensivo da proteção do mercado interno e se ampliem as iniciativas de qualificação produtiva e inovação. Nesse contexto, é essencial desenvolver um novo modelo de relacionamento empresas/institutos de pesquisa, de tal modo que essa aproximação seja benéfica aos dois lados, propiciando aumento de verbas para pesquisa pura e aplicada, que se fará acompanhar de qualificação tecnológica das empresas. São elementos essenciais nesse tema, ainda, as questões associadas à gestão cambial, desoneração de exportações e folha de pagamento e a transparência absoluta quanto a incentivos governamentais.

Paralelamente, é fundamental que se considere, de forma complementar, a necessidade de se conferir adequadamente prioridade à agricultura familiar, que deve contar com maior apoio técnico, creditício e financeiro, para que o segmento possa ter um desempenho dinâmico na economia nacional, propiciando melhores oportunidades de inclusão e mobilidade social.

Saliente-se que essa atenção particular à agricultura familiar envolve tanto os aspectos da justiça social, como a questão econômica mais imediata, visto que o segmento é o principal responsável pela produção de alimentos no Brasil.

Por outro lado, o agronegócio tem exercido papel relevante, tanto em termos de produto quanto para fins da pauta exportadora e, portanto, precisa ter tratamento adequado a seu peso na economia nacional, o que demanda uma política adequadamente desenhada para potencializar tais atividades.

O Projeto Estratégico de Desenvolvimento Nacional passa pelo rearranjo da relação indústria extrativa e de transformação; qualificação tecnológica da atividade agropastoril, das monoculturas de exportação e da agricultura familiar.

Também é importante o adensamento de serviços de alto componente tecnológico em lugar dos serviços urbanos de baixa qualificação, que proliferam atualmente no Brasil. A CT&I passa por uma revolução na educação pública. Assim poderemos impactar profundamente a qualidade do emprego, gerando

consequências positivas sobre a remuneração dos trabalhadores, propiciando perspectivas de inclusão e ascensão social.

3.6 Meio Ambiente e sustentabilidade: Água, Energia, Uso do Solo e do Mar

No final de abril de 2016, os 195 países participantes da 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), aprovaram por rara unanimidade o chamado “Acordo de Paris”, cujo objetivo central era fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e, ao mesmo tempo, reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. Acreditava-se que esta seria a base para a construção de um mundo mais sustentável nos próximos 50 anos.

O Acordo foi recebido com entusiasmo mundialmente, até que o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou, no dia 1º de junho de 2017, que o seu país estava se retirando daquela concertação multilateral: “Para cumprir meu dever de proteger a América, os Estados Unidos vão se retirar do Acordo do Clima de Paris e começar renegociações para reentrar no acordo de uma forma que seja justa com o povo americano”, declarou o distópico presidente estadunidense.

Assim, todos os avanços configurados pelo esforço de centenas de organizações não-governamentais e países, de todos os matizes ideológicos, ficam ameaçados por uma decisão unilateral do país-sede do capitalismo mundial, que impõe severos desafios aos socialistas e democratas, além-fronteiras, que seguem lutando por um mundo socialmente justo, igualitário e economicamente sustentável, sob todos os aspectos.

Do ponto de vista da Organização das Nações Unidas, impõe-se concomitante o reexame dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com suas 169 metas e mais de uma centena de indicadores. Afinal, considerando os dados do Relatório Oxfam 2017, que apontam inequivocamente uma piora

nos índices de desigualdade em escala mundial sem paralelo na história do desenvolvimento capitalista, o cenário político estadunidense, desde 20 de janeiro de 2017 sob hegemonia do Partido Republicano, à frente o presidente Donald John Trump, 45º presidente dos EUA.

De todo modo, no escopo aqui proposto, é importante que se resgate os ODS pela ordem de relevância política e humanitária:

- 1) Erradicação da Pobreza;
- 2) Fome zero;
- 3) Boa saúde e bem-estar;
- 4) Educação de qualidade;
- 5) Igualdade de gênero;
- 6) Água limpa e saneamento;
- 7) Energia acessível e limpa;
- 8) Emprego digno e crescimento econômico;
- 9) Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10) Redução das Desigualdades;
- 11) Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12) Consumo e produção responsáveis;
- 13) Combate às alterações climáticas;
- 14) Vida debaixo d'água;
- 15) Vida sobre a Terra;
- 16) Paz, Justiça e instituições fortes;
- 17) Parcerias em prol das metas.

A expectativa inicial é que esses objetivos pudessem ser alcançados até 2030, em cada país e região do planeta, inobstante as sensíveis diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais que marcam as distinções de país para país, de continente a continente. Portanto, falar em sustentabilidade e meio ambiente, entre o final da primeira década do novo milênio e estes últimos anos da seguinte, significa enfrentar esse debate em todos os setores da sociedade contemporânea – Estado, organizações privadas e o chamado Terceiro Setor.

A sustentabilidade do desenvolvimento impõe que os

avanços socioeconômicos sejam complementados, ao invés de se oporem, pela preservação e pelo uso sustentável do meio ambiente. Para que isso de fato ocorra é preciso desenvolver e aplicar tecnologias que otimizem o uso do solo, dos recursos minerais, das florestas e dos recursos hídricos, ao mesmo tempo em que se buscam formas soberanas e socialmente inclusivas para lidar com o aumento dos impactos associados às mudanças climáticas e das tensões nacionais e internacionais pelo uso e conservação de recursos naturais.

Por outro lado, o desmatamento da vegetação nativa constitui um dos mais graves problemas socioambientais do Brasil. Mesmo com a expressiva redução do desflorestamento na Amazônia ocorrido nos últimos anos, os índices do país ainda são extremamente altos. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Sustentável publicado pelo IBGE em 2012, no período de 2002 a 2008, foram eliminados, anualmente, cerca de 23,5 mil km² de vegetação nativa, área superior ao estado de Sergipe, sendo o Cerrado o bioma mais impactado.

Os impactos socioambientais diretos dessa prática são: perda acelerada de biodiversidade; comprometimento dos mananciais hídricos, com piora acentuada da qualidade e da quantidade da água disponível; redução da produtividade agropecuária devido à aceleração da erosão dos solos agrícolas; eliminação de espécies polinizadoras e promotoras do controle biológico de pragas; redução de pluviosidade; e desorganização social de comunidades tradicionais e de povos indígenas.

O desmatamento é responsável ainda por 32% das emissões de gases de efeito estufa Brasil (Sistema de Estimativa de Emissão de Gases do Efeito Estufa, 2012), o que agrava os efeitos das mudanças climáticas em nível global.

O Brasil possui um dos maiores sistemas de Unidades de Conservação (UC) do mundo, totalizando cerca de 147 milhões de hectares. A distribuição dessas UCs, no entanto, não contempla de forma adequada a diversidade ambiental nacional, já que a Amazônia concentra 73,5% delas. Quando analisamos o percentual dos biomas sob proteção, verificamos que, com

exceção da Amazônia, todos estão muito abaixo dos 10% considerados minimamente necessários para assegurar a preservação da biodiversidade – meta assumida formalmente pelo Brasil na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente, somando-se as áreas de Unidades de Conservação existentes no país – e excluídas as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que constituem zonas de ordenamento de uso de terras privadas –, temos atualmente os seguintes percentuais de biomas sob proteção: Caatinga (1,39%), Cerrado (3,08%), Mata Atlântica (2,18%), Pampa (0,35%), Pantanal (4,63%), e Marinho/ Costeiro (0,24%).

Considerando essa situação, é premente a elaboração de um plano para a criação de UCs com o objetivo de que o país possa, no longo prazo, atingir a meta de 10% de proteção de todos os biomas, conforme acordado na CDB.

3.6.1 Recursos Hídricos, Energia e Uso do Solo

O Brasil possui a maior diversidade de espécies do mundo, com pelo menos 103.870 de animais e 43.020 de vegetais atualmente conhecidas em seus seis biomas terrestres e três grandes ecossistemas marinhos. Além disso, detêm três *hotspots* de biodiversidade mundiais – áreas de enorme relevância biológica que estão sob ameaça: a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga.

Somam-se a isso seis reservas da biosfera globalmente admitidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Trata-se de uma diversidade biológica farta em três níveis – genético, de espécies e de ecossistemas –, produto da grande variação climática e geomorfológica de um país de dimensões continentais, com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados terrestres.

Um debate sobre o futuro de insumos como água, energia e uso da terra deve ser sistêmico, considerando o caráter

transcendente ao estratégico à vida humana – pode vir a ser, nos próximos 30 a 40 anos, a linha tênue de limite entre a existência do ser humano no Planeta Azul ou sua extinção precoce.

Na visão do ambientalista Roberto Waack, o mundo é cada vez mais complexo, turbulento, globalizado, social, econômica e ambientalmente. Nesta perspectiva, os efeitos das ações humanas disseminam-se pelo planeta em tempo real.

A água é o recurso natural mais abundante na Terra. Com um volume estimado em 1,36 bilhão de quilômetros cúbicos (km³), recobre 2/3 da superfície do planeta na forma de oceanos, calotas polares, rios e lagos. O Brasil é uma das nações mais ricas em recursos hídricos, responsável por 12% da reserva mundial de água doce.

Não obstante essa aparente abundância, o risco hídrico é a principal ameaça para a sobrevivência dos sistemas produtivos no mundo atual, apontam economistas e pesquisadores de todos os matizes ideológicos, do Fórum de Davos ao Fórum Social Mundial, especialmente quanto aos mananciais e fontes de água doce.

Nesse sentido, os desafios estratégicos para os próximos 30 anos passam em como preservar e explorar, com modelos de manejos sustentáveis e econômica e socialmente justos e inclusivos, essa riqueza tão preciosa, uma vez que país é dono de duas das maiores bacias hidrográficas do mundo (Amazônica e do Prata), com enorme potencial para transporte, piscicultura e diversos outros usos comerciais e socioambientais.

A recente crise hídrica, que assolou com força o Sudeste entre 2014 e 2016, mexeu profundamente com a vida de 80 milhões de pessoas da região, que foram castigadas pela seca que já assombra o Nordeste há tempos. Especialistas confirmam que foi a pior crise hídrica nos últimos 80 anos. O estado de São Paulo, um dos mais afetados, viu o índice dos seus reservatórios despencarem de forma assustadora e chegou a consumir, por 19 meses, as reservas de água do chamado “volume morto” do sistema Cantareira (uma reserva de 400 bilhões de água abaixo do nível das comportadas, para dar conta de abastecer a população).

Culturalmente, não somos exemplo para ninguém no mundo quando se trata de economizar água. É o que afirma um estudo da organização Water Footprint: segundo os dados apurados, o brasileiro gasta 2 milhões de litros de água por ano, 46,3% mais do que a média mundial. Soma-se a isso o fator “bomba demográfica”, verificado mais agudamente em algumas regiões, mas que atingiu em cheio a megacidade de São Paulo: de 1960 a 2013, ganhou 6 milhões de habitantes.

Como diz a sabedoria popular, “uma hora a fonte ia secar”, e secou. O sistema Cantareira, o principal reservatório da Grande São Paulo, chegou a operar com 5% da sua capacidade em janeiro de 2015. Só em dezembro de 2016, a situação geral da região mais ou menos se normalizou, quando os índices atingiram a cota mínima do volume útil. Outros estados da região, como Rio de Janeiro, Minas e Espírito Santo, também foram impactados pela crise hídrica. O Rio chegou a usar o “volume morto” da represa Paraibuna após o nível do reservatório chegar a zero pela primeira vez desde que foi criado, em 1978; em Minas Gerais, o Sistema Paraopeba, que abastece a região metropolitana de Belo Horizonte, chegou a operar com 30% de capacidade (contra 78% do ano anterior); o Espírito Santo teve um prejuízo de R\$ 1,390 bilhão para o setor agropecuário, segundo estimativa da Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca daquele estado.

Nunca se falou tanto em economizar água no país como neste período. As imagens do racionamento que assombrou a população da região Sudeste por quase dois anos cruzaram o país, sem, no entanto, gerar a consciência ambiental necessária ao manejo desse insumo estratégico à vida.

Outra questão importante a ser pensada, conexas ao debate sobre a sustentabilidade hídrica, é o uso da terra, que é fonte da maior parte da nossa alimentação, fornece fibras para os mais diversos usos, provê energia por meio de diferentes alternativas. Em última análise, acolhe a imensa maioria da população mundial. Ao mesmo tempo, presta múltiplos serviços ecossistêmicos, além do referido efeito na qualidade atmosférica,

na preservação de mananciais hídricos e na biodiversidade. Iremos aprofundar, na versão final deste documento, a questão do uso da terra (e dos solos), na perspectiva de indicar caminhos para um manejo sustentável, ambientalmente responsável e socioeconomicamente justo.

Por último, queremos apontar ainda duas breves questões sobre outro insumo estratégico à sociedade contemporânea que é a geração, produção e distribuição de energia – de fonte limpa. Em suas várias formas, a energia se faz presente em todas as atividades humanas, seja como um serviço essencial à qualidade de vida, seja como um fator de produção que dinamiza o desenvolvimento econômico, aponta o pesquisador Emilio la Rovere. Para ele, deve-se tratar a produção e o uso de energia em um enfoque sistêmico que transcende o próprio setor energético. Ou seja, o pesquisador sugere que se considere a componente energética, assim como a ambiental, das diversas políticas setoriais.

3.7 Amazônia Azul: zona econômica exclusiva do Brasil

O termo "Amazônia Azul" foi criado pela Marinha do Brasil para que, de forma similar com os recursos daquela vasta região terrestre, represente sua equivalência com a área marítima. A Amazônia Azul ou território marítimo brasileiro é a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do Brasil, cuja área corresponde a aproximadamente 3,6 milhões Km², equivalente à superfície da floresta Amazônica. A área poderá ser ampliada para 4,4 milhões Km² em face da reivindicação brasileira perante a Comissão de Limites das Nações Unidas.

Em 10/12/1982, o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) juntamente com outros 118 países, mas só a ratificou em 1993; a CNUDM só entrou em vigor em 16 de novembro de 1994. Essa convenção define os espaços marítimos: o Mar Territorial, que não deve ultrapassar o limite de 12 milhas náuticas (MN); a Zona Contígua, adjacente ao

mar territorial, cujo limite máximo é de 24 MN e é medida a partir das linhas de base do mar territorial; a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), medida a partir das linhas de base do mar territorial e que não deve exceder a distância de 200 MN; e a Plataforma Continental, que compreende o solo e o subsolo das áreas submarinas, além do mar territorial, podendo estender-se além das 200 milhas até o bordo exterior da margem continental. A distância máxima está limitada a 350 milhas, a contar da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial.

Tem-se, ainda, os conceitos complementares, como as Águas Interiores: situadas no interior das linhas de base do mar territorial e que fazem parte das águas interiores de um país. Como exemplo, as águas do Rio Amazonas, do São Francisco e da Lagoa dos Patos; as Águas Arquipelágicas, circunjacentes aos arquipélagos como os de Martim Vaz e Trindade, Fernando de Noronha e o Atol das Rocas; Alto Mar, como se configuram as partes não incluídas na zona econômica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores, nem nas águas arquipelágicas de um Estado. Regime das Ilhas: o Mar Territorial, a Zona Contígua, a Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental de uma ilha são determinados de acordo com a convenção citada.

Esta região possui muitas riquezas e potencial de uso econômico de diversos tipos:

- pesca, devido à enorme diversidade de espécies marítimas que residem nesta região;
- minerais metálicos e outros recursos minerais no subsolo marinho;
- enorme biodiversidade de espécies marítimas que residem nesta região;
- petróleo, como o encontrado na Bacia de Campos e no pré-sal;
- aproveitamento de energia maremotriz e energia eólica em alto-mar ou offshore.

Nesse sentido, o plano estratégico de desenvolvimento nacional deve capacitar o país a desenvolver e utilizar tecnologias de pesquisas no estudo e na exploração dos recursos e fenômenos presentes na Amazônia Azul com potencial para contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

4. Relações Internacionais e Defesa Nacional

A política externa deve estar a serviço do desenvolvimento, abrindo espaços para a projeção internacional de nossos produtos e serviços e favorecendo a inclusão de nossas empresas nas cadeias globais de produção. A participação do país nas instâncias de decisão internacionais legitima-se pela defesa inequívoca da paz, da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

O Brasil ainda não perdeu o bonde da história. Em muitos aspectos, reuniu trunfos para inserir-se positivamente, com independência e autonomia políticas, na nova ordem mundial ainda em construção neste começo de novo milênio.

A integração do nosso subcontinente atende a razões históricas, geográficas, culturais, políticas e econômicas. Teremos sempre uma identidade sul-americana, reconhecimento que motivou o Brasil a promover a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e a formalizar e desenvolver a União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

É importante que se dê continuidade ao esforço de integração continental em energia, comunicações e transportes, assegurando, de maneira definitiva, o acesso aos portos do Pacífico. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) já prevê tudo isso, mas precisa ir além. O processo precisa ser não apenas econômico, mas também socioambiental e cultural, contemplando os projetos de desenvolvimento dos países da América do Sul.

A região continua sendo destino privilegiado de nossas exportações, inclusive as de maior valor agregado. Quanto mais integrado à região, maiores os atrativos que reunirá para a

celebração de acordos bilaterais e multilaterais com outros polos importantes da economia global.

Iniciativas como o Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) são úteis para a articulação de posições comuns com importantes potências regionais em fóruns multilaterais, para benefício de nosso “poder brando”.

Já a participação do Brasil em fóruns informais como os BRICS – bloco formado também por Rússia, Índia, China e África do Sul –, cumpre necessidade de articulação internacional na direção de um mundo mais multipolar.

A cooperação com a África também merece um acompanhamento cuidadoso. Não bastasse o reconhecimento que se presta ao legado histórico, étnico e cultural que nos foi transmitido em séculos de história, a aproximação com o continente africano permite a identificação de um vasto leque de oportunidades para as empresas brasileiras. Devem-se promover iniciativas de cooperação nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação. Atenção especial deve ser concedida ainda aos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde a cooperação técnica brasileira se estende da saúde pública à logística eleitoral.

Somos a sétima maior economia, a quinta maior população e o quinto maior território do planeta. Nossa tradição diplomática pacifista e multilateral é respeitada no contexto das nações. Não temos pendências ou conflitos de relevo com qualquer outro país. Estamos comprometidos com a cooperação internacional a favor do desenvolvimento sustentável e da eliminação da pobreza. Gozamos de relações muito positivas com as nações emergentes, que devem fazer avançar cada vez mais a cooperação Sul-Sul.

O Mercosul não tem cumprido bem o desígnio original de constituir uma modalidade de “regionalismo aberto”. A expansão significativa do comércio intrarregional não foi acompanhada de empenho negociador do bloco em aumentar suas transações com outras regiões. Salvo um par de acordos de livre comércio com mercados inexpressivos, a tônica foi o imobilismo.

As tratativas iniciadas há mais de uma década com vistas a

uma associação com a União Europeia (UE) permanecem inconclusas. Não se chegou nem sequer a testar a real disposição do bloco europeu em reduzir seu protecionismo agrícola.

Como principal economia do bloco, cabe ao Brasil tomar a iniciativa de propor as mudanças de rumo necessárias para que o Mercosul se converta em fator de desenvolvimento e ator dinâmico do comércio internacional.

É importante promover o debate com o empresariado e a academia sobre como o Brasil deve reagir ao impacto no comércio internacional da formação crescente de cadeias produtivas em escala global, que estão alterando os padrões tradicionais de transação de bens e serviços, sobretudo os de maior valor agregado.

O intercâmbio de partes, componentes e serviços ocorre de modo cada vez mais intenso no interior de redes transnacionais de inovação, produção e comercialização. A regulamentação desse processo tem sido realizada por acordos regionais e bilaterais envolvendo os Estados Unidos, a União Europeia e alguns países asiáticos e latino-americanos. Comportam regras que costumam ir além do previsto nas normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre propriedade intelectual, garantia de investimento, serviços, movimentos de capital e cooperação aduaneira.

Se, por um lado, o reclame por especialização em alguma etapa do processo produtivo pode suscitar reservas em países emergentes com parque industrial diversificado como os países do BRICS, é presente, por outro lado, o risco de marginalização dos fluxos de comércio tecnologicamente mais inovadores. Assim, é plausível supor que, com a densidade tecnológica de que já dispõe e o grau de internacionalização alcançado por suas empresas, o Brasil possa ajustar-se de forma vantajosa ao novo modelo.

O pleito pela reforma na composição do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas mantém sua atualidade, inclusive a fórmula de articulação conjunta (G-4) com outras potências regionais. Sem representatividade adequada, o CS não pode desincumbir-se com a eficácia desejável de suas elevadas

atribuições nos campos da paz e da segurança. Da mesma forma, é mais do que justo que o peso do voto do país nas deliberações do Fundo Monetário Internacional (FMI) seja elevado a um patamar que efetivamente corresponda à dimensão de nossa economia. Cabe também insistir na reivindicação de que as chefias do FMI e do Banco Mundial deixem de ser monopólios de europeus e norte-americanos.

Se a política externa estiver legitimada por uma prática doméstica de efetivo compromisso com o desenvolvimento sustentável, é amplo o espaço para iniciativas inovadoras que resultem benéficas, inclusive para a integração regional.

Propomos o debate sobre a criação, no âmbito do Pacto Amazônico, de um mecanismo técnico-científico-diplomático nos moldes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Ele teria o objetivo de fazer avançar, como subsídio para eventuais políticas dos membros do Tratado de Cooperação Amazônica, o conhecimento científico sobre alterações climáticas na região, tanto no que diz respeito à influência do que ocorre na área para o processo global de aquecimento, como no tocante ao impacto de fenômenos externos na região.

O Projeto Brasil aposta na diplomacia pública como complemento necessário da clássica diplomacia intergovernamental. Variáveis como a globalização, a emergência de atores não-estatais e a transnacionalização de temas como direitos humanos, desenvolvimento sustentável e migrações exigem cada vez mais que os agentes diplomáticos disponham de meios e condições para a afirmação dos interesses e da imagem do país junto a empresários, jornalistas, acadêmicos, artistas e a opinião pública em geral.

A vertente cultural da diplomacia pública também merece atenção particular. Não se desconhece que muito já foi feito para a difusão externa da cultura brasileira, mas, usualmente, as ações se restringem a megaeventos ou a iniciativas de nossos embaixadores. Falta uma política cultural externa definida em ausculta à sociedade civil, atenta à diversidade regional e amparada pela comunidade empresarial com base nas leis de

incentivo. Um caminho possível pode ser a criação de uma instância que se inspire, onde cabível, na experiência dos institutos culturais de países europeus.

É expressivo o contingente de compatriotas que residem fora do país e têm a legítima expectativa de receber apoio do Estado para proteção e exercício de direitos, além de serem amparados em situações de emergência. Medidas importantes já foram adotadas para favorecer a organização das comunidades e a capacidade de interlocução com as autoridades brasileiras. É essencial que se persista nesse esforço, o que supõe reforçar recursos humanos e materiais de nossa rede consular e atuar cada vez mais concertadamente, sob a coordenação do Itamaraty, nas áreas responsáveis por serviços de interesse dos expatriados.

Para colocar outras vozes no debate sobre os rumos de nossa ação externa, não é necessário criar um conselho com atribuições paralelas. Propomos aumentar a porosidade do Itamaraty aos fluxos externos, seja do Estado, seja da sociedade, o que começa a ser feito pela gestão atual da Casa de Rio Branco.

A ordem econômica e política mundial atravessa uma fase de profundas transformações. As tensões da crise global, a fragilização das instituições multilaterais, o peso crescente dos países emergentes, o desafio da sustentabilidade ambiental e os conflitos étnicos e religiosos compõem um quadro de instabilidade e de mudança. O Brasil deve ganhar autonomia relativa para explorar as oportunidades e neutralizar as ameaças que o contexto internacional possa estabelecer para seu desenvolvimento.

Em consonância com essas mudanças ocorridas na ordem mundial, o Brasil investiu na cooperação Sul-Sul, na diversificação de suas parcerias estratégicas e na articulação dos interesses dos países em desenvolvimento em todos os foros internacionais. Os resultados foram muito positivos no campo econômico e comercial, e também no político e estratégico. O Brasil é hoje um ator internacional de primeira linha, ouvido com respeito nos foros mundiais, e que contribui ativamente para a constituição de um mundo menos assimétrico e mais afinado com

o multilateralismo. Hoje, o Brasil projeta, com assertividade e firmeza muito maiores, seus autênticos interesses no plano internacional.

Sustentar e ampliar as projeções dos interesses brasileiros em seu “entorno estratégico” supõe rechaçar as propostas aparentemente “naturais” de acordos bilaterais ou plurilaterais de integração com potências estrangeiras centrados na abertura ampla e indiscriminada da nossa economia, no estabelecimento de um estatuto do capital estrangeiro e na imposição de um regime jurídico de propriedade intelectual impeditivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, como era o caso da ALCA ou de seus similares atuais. Não por acaso o eixo dessas propostas é a implantação de um ordenamento jurídico supranacional das relações econômicas baseado na legislação norte-americana e nos interesses das grandes corporações privadas daquele país. Temos grande empenho em aprofundar nossas relações econômicas e comerciais com os Estados Unidos e a União Europeia, mas tendo como plataforma a defesa dos nossos interesses e a reciprocidade. A ALCA e seus sucedâneos representam a inviabilização de ambos esses critérios e a abdicação de qualquer veleidade de futuro protagonismo no cenário internacional.

Nessa perspectiva, é fundamental consolidar e ampliar o MERCOSUL, preservando a união aduaneira que ele representa, sem a qual se transformaria em uma simples área de livre comércio, carente de qualquer significado estratégico ou político. Isso inviabilizaria não apenas a negociação conjunta de acordos e a coordenação de políticas macroeconômicas, mas também a própria continuidade das instituições supranacionais do MERCOSUL e afetaria também a UNASUL, a CELAC e todo o processo de integração da América do Sul e da América Latina. Sem o MERCOSUL, que pretende criar um verdadeiro mercado comum na região, essas instituições perdem consistência estratégica e tendem a tornar-se meros foros de discussão.

A UNASUL, em particular, que criou um embrião de uma política de defesa conjunta para América do Sul, perderá sua razão de ser. Na realidade, a extinção do MERCOSUL significa a

renúncia do Brasil de exercer uma liderança estratégica em sua própria região, deixando esse papel para os EUA, como fora em nosso passado recente. De similar importância é a consolidação da parceria estratégica com os BRICS, em particular com a China, que, segundo informações recentes do FMI, já superou os Estados Unidos como potência econômica, com o seu PIB, expresso em preços de paridade, representando 16,4% do PIB mundial.

Os BRICS representam importante contraponto geoestratégico aos interesses dominantes da única superpotência do planeta e seus aliados. Assim, seu fortalecimento contribui para a conformação de um mundo mais equilibrado e menos assimétrico.

Nessa busca por um mundo menos polarizado e mais assentado no multilateralismo, é vital que o Brasil persista também na cooperação Sul-Sul, aprofundando a sua presença nos países em desenvolvimento e emergentes, especialmente na África. Destaque-se que os mercados desses países são, de um modo geral, mais receptivos e abertos aos produtos, serviços e investimentos brasileiros. Na realidade, esses mercados foram decisivos para que o Brasil superasse a vulnerabilidade externa da sua economia.

O aprofundamento dessa diretriz da nossa política externa é fundamental nessa conjuntura de crise mundial, que vem afetando mais as grandes economias desenvolvidas. Do mesmo modo, o Brasil tem fortes interesses na região do Atlântico Sul, que é uma fonte importante de recursos econômicos e via de transporte e intercâmbio comercial e onde está localizada a nossa “Amazônia Azul”.

Já foram comprovadas expressivas reservas de petróleo offshore especialmente na Nigéria e na Angola e, em menor grau, no Congo, Gabão, São Tomé e Príncipe; mais de 90% do comércio internacional brasileiro passa através do Atlântico Sul, que deve ser visto como um importante meio de projeção de poder e de defesa e segurança dos países situados nos seus dois lados. Para o Brasil, que entre esses países é o que possui o litoral mais extenso e a maior plataforma marítima, seu interesse estratégico

ultrapassa os limites do seu mar territorial e da sua Zona Exclusiva Econômica – Amazônia Azul (onde está o pré-sal) e vai até África, a Antártida e o Caribe. É fundamental para o país ter uma presença afirmativa nesse “entorno estratégico”.

Um segundo aspecto vital dentro desse processo de afirmação dos interesses e da soberania nacional é a regulação do movimento de internacionalização da economia brasileira em função dos critérios e objetivos da política nacional de desenvolvimento. A aceleração desse movimento, inerente à lógica da globalização e frequentemente associado a processos de concentração econômica, tende a introduzir distorções na estrutura produtiva e na dinâmica dos mercados nacionais de bens e serviços, limitar o alcance e a eficácia das políticas públicas, transferir para centros de decisões externos o controle sobre atividades e recursos estratégicos e gerar pressões sobre o equilíbrio da Balança de Pagamentos do País.

Sobre esse último aspecto, vale ressaltar que o crescimento e mudança na composição do passivo externo do país já produz uma expressiva e crescente drenagem de recursos para o exterior, nas rubricas de assistência técnica e remessas de lucros e dividendos. No médio e longo prazo, na ausência de uma sustentada expansão de receitas compensatórias mediante o aumento das exportações ou dos investimentos de empresas brasileiras no exterior, esse desequilíbrio pode se tornar crítico e, entre outras coisas, tornar o país estruturalmente dependente dos mercados financeiros externos.

Isso não significa que o Brasil deva se fechar ao capital estrangeiro, mas sim, seguindo o exemplo de países como a China e os Estados Unidos, estabelecer critérios claros e estáveis sobre essa matéria, de acordo aos objetivos e prioridades da política nacional de desenvolvimento. Existem áreas críticas em que é fundamental preservar o controle nacional, como a base industrial da defesa, a indústria aeroespacial, as telecomunicações, os recursos naturais, especialmente os energéticos, os minerais estratégicos, a água doce e a terra, por exemplo.

A preservação da propriedade e o controle nacional das

fontes de água e da terra apta para a produção de alimentos e bioenergéticos é particularmente relevante face às mudanças climáticas em curso no planeta e as políticas de alguns países de adquirir terras no exterior para transferir excedentes populacionais, controlar as reservas de água doce e sua comercialização e assegurar a provisão cativa de alimentos e matérias primas de diversa natureza.

Em outros setores é possível desenvolver parcerias entre empresas nacionais, privadas ou públicas, e empresas estrangeiras para a transferência de tecnologia, expansão das exportações ou o desenvolvimento de zonas geoeconômicas específicas. Isso envolve adequações institucionais e regulatórias que possibilitem corrigir algumas das dificuldades hoje existentes, relacionadas com a ausência de normas para disciplinar as fusões e aquisições que envolvam empresas brasileiras beneficiárias de financiamentos públicos e com a não diferenciação, por origem do capital, entre empresa nacional e empresa estrangeira, que limita os alcances e os benefícios para o País da utilização de instrumentos poderosos de política, como as compras estatais. De alcance mais geral, mas igualmente relevante, é necessário reforçar os mecanismos e instrumentos regulatórios relativos à concentração econômica.

4.1 Fortalecimento e Modernização das Forças Armadas

O PSB defende o fortalecimento e a modernização das Forças Armadas para o cumprimento de sua missão constitucional de defesa da pátria, de garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da manutenção da lei e da ordem.

Em sua missão de defender a pátria, as Forças Armadas devem incorporar a missão de proteção do meio ambiente – particularmente da biodiversidade contra a biopirataria – e do policiamento das fronteiras para o combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas.

Temos um compromisso também com a adequação dos

efetivos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com o aprimoramento da capacidade operacional das três forças e com a elevação de seu nível tecnológico.

Devemos avançar na área de ciência e tecnologia voltada para a defesa de nossa soberania, inclusive buscando preservar os dados digitais do país e de seus cidadãos como instrumento de defesa nacional.

Considerações Finais

No final de agosto de 2017, a imprensa estampava em manchete: “Cem bilionários da tecnologia juntos têm US\$ 1 tri, metade do PIB do Brasil”. O dado traduz, de forma crua, vertical e translúcida o resultado de um cenário socioeconômico e político gerado a partir da Quarta Revolução Industrial: há um profundo fosso, cada dia mais fundo e inatingível, entre a produtividade do trabalho humano e a distribuição dessa renda gerada nos mais diversos setores da economia, local e mundial.

A conta foi feita pela conceituada revista Forbes, que detalha: “Cem magnatas do setor de tecnologia têm, juntos, US\$ 1,08 trilhão (R\$ 3,4 trilhões) em patrimônio, um aumento de 21% (ou US\$ 189 bilhões) em relação a 2016. Isso equivale a cerca de metade do PIB do Brasil em 2016 (R\$ 6,3 trilhões)”. No ranking, feito há 30 anos, é a primeira vez que a fortuna acumulada pelos “ricachos da tecnologia” passa da casa do trilhão de dólares.

Este documento produzido pela Fundação João Mangabeira (FJM) apresenta reflexões sobre os cenários possíveis para pensarmos um Projeto de Brasil – Princípios e Diretrizes, num olhar de três décadas futuras, visto pelos corações e mentes de homens e mulheres que pautam sua luta, histórica e cotidiana, pelos princípios do socialismo democrático, que é a marca pública do Partido Socialista Brasileiro há mais de 70 anos.

Ator social reconhecido no cenário político brasileiro, o PSB sempre pautou sua atuação pelos princípios da liberdade, fraternidade, equidade e justiça, defendendo com firmeza seu compromisso com a ética, transparência, sustentabilidade e a defesa intransigente da democracia.

Aqui reunimos dados e reflexões sobre aquilo que a FJM e o PSB consideram grandes e fundamentais temas para a construção de um Brasil inclusivo, socialmente justo, fraterno,

solidário e ambientalmente sustentável. Estamos falando, entre outras questões relevantes, de: a) refundar o Estado, colocando-o a serviço de todos e todas – e não apenas dos banqueiros e representantes do rentismo; b) resgate, criação e fortalecimento das políticas sociais universais como o direito ao trabalho, previdência, saúde e assistência social, da construção de um novo federalismo no âmbito da República brasileira, que busque erradicar as desigualdades regionais. Nesta perspectiva, pensamos educação e cultura intimamente ligadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, na esperança de que a produção de conhecimento nos leve a uma inserção soberana no cenário internacional.

Por outro lado, o projeto de Brasil visto pelas lentes do socialismo democrático do PSB observa com urgência e seriedade o debate das políticas públicas urbanas (saneamento básico, habitação, mobilidade urbana e segurança), num grande pacto federativo que redesenhe as bases de convivência dos entes públicos – União, Unidades Federativas e Municípios – colocando-os a serviço da maioria da população que realmente necessita do suporte do Estado.

Há dois grandes desafios a serem enfrentados nos próximos 30 anos: a redução das desigualdades regionais (especialmente em relação aos povos da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste), considerando para tanto a adoção de políticas de desenvolvimento regional que tenham como norte a vocação econômica de cada região. A outra questão é a defesa eficiente e efetiva do meio ambiente, de forma sustentável, mobilizando recursos para a produção de energia limpa.

No desenvolvimento regional é imperioso a necessidade de se fazer reforma agrária em todas as regiões do Brasil. A adoção de uma política pública, que respeite as características regionais, reveste-se de importância capital para a redução das desigualdades regionais. Uma reforma urbana que potencialize os novos modelos de desenvolvimento inclusivos e com foco na sustentabilidade, que reflita um novo pacto, que dê prioridade à qualidade de vida.

Sob a ótica desse projeto, a economia deve ser subordinada

aos interesses sociais, isto é, um instrumento a serviço da garantia dos direitos e do combate às desigualdades, sepultando o tripé da macroeconomia neoliberal baseado em elevadas taxas de juros, câmbio flutuante e na realização cônica do superávit primário. O orçamento público, orientado por uma economia voltada para combater as desigualdades sociais e regionais, será instrumento de edificação de um Estado de Bem-Estar Social. Um projeto macroeconômico deve ser voltado para maioria da população com responsabilidade fiscal, mas também com a clara finalidade de construir um país mais justo e igualitário, não simplesmente o de garantir a estratosférica transferência de recursos para os rentistas do sistema financeiro. Urge inverter a ótica do financiamento do Estado, que hoje recai basicamente sobre trabalhadores assalariados e os mais pobres na sociedade. Para tanto, é fundamental uma reforma tributária que cobre impostos proporcionalmente maiores dos donos da riqueza, uma estrutura centrada em tributos sobre a renda e o patrimônio, desonerando assim a produção e o consumo de elevadas taxas tributárias.

Por fim, refletimos aqui também sobre questões que tratam das nossas relações internacionais e a defesa do território e a soberania do país. Há que se buscar, nesse sentido, a defesa do multilateralismo, da cooperação internacional, contribuindo para a construção de um mundo menos polarizado. O fortalecimento destes espaços multilaterais (como o G-20) e o Mercosul, em âmbito regional, torna-se vital dentro da estratégia de inserção soberana do país no rol das grandes economias desenvolvidas do planeta.

A FJM e o PSB esperam assim abrir um importante debate na agenda pública para um Projeto de Brasil que tenha como cerne a redução das desigualdades com a construção de um país mais igualitário e mais justo para o nosso povo.